



Senadores tomam posse hoje e escolhem presidente

- Os 27 senadores **eleitos** em 2006 assumem hoje, a partir das 10h, mandato de oito anos, que se estenderá até 31 de janeiro de 2015. A **posse**, com transmissão da **TV Senado**, será aberta ao público, que poderá acompanhá-la em telões
- Depois do juramento de posse, os 81 senadores escolherão o presidente do Senado para 2007-2008. **Renan Calheiros** e **José Agripino** são os nomes oficialmente lançados. O eleito convocará nova sessão para eleger os demais membros da Mesa
- A **Câmara** dos Deputados também elege seu presidente, a partir das 15h. A disputa deve se dar entre **Aldo Rebelo**, Arlindo **Chinaglia** e Gustavo **Fruet**. Os três candidatos debateram, pela TV, formas de melhorar a imagem da instituição
- Nesta edição, conheça o perfil de cada um dos 81 parlamentares da **nova legislatura**. A sessão solene de instalação dos trabalhos do **Congresso Nacional** está prevista para amanhã, às 16h, no Plenário da Câmara dos Deputados

PÁGINAS 2 A 15



— cidadania

O papel da Presidência e da Mesa diretora do Senado

O que significa ser presidente do Senado? Quais as atribuições dos senadores que irão formar a Mesa diretora, órgão

máximo da administração da Casa? Por que esses cargos são tão importantes para os partidos, para o governo e, sobretudo,

para os cidadãos? O *Especial Cidadania* mostra qual o papel institucional de cada uma dessas funções.

ELEIÇÃO DA MESA Escolha do novo presidente da Casa será logo após a posse dos novos senadores



Plenário realiza hoje duas sessões de votação: uma para eleição do novo presidente do Senado e outra para escolha dos demais membros da Mesa diretora

Renan e Agripino disputam no voto

Os dois partidos com as maiores bancadas na Casa disputam hoje a Presidência do Senado, o cargo mais cobiçado na Mesa diretora, composta ainda por dois vices, quatro secretários e quatro suplentes. Renan Calheiros (PMDB-AL) e José Agripino (PFL-RN) são os nomes oficialmente lançados. Como determina o Regimento Interno, a escolha dos senadores em caso de disputa é feita por cédula, em votação secreta. Ela ocorrerá logo após a posse dos 27 novos senadores, marcada para as 10h.

Na busca pelos votos dos outros 79 senadores, Renan e Agripino centralizaram a campanha nas relações do Senado com o Poder Executivo. O primeiro, apoiado pelos partidos da base governista, garante que elas serão inteiramente “institucionais”. O segundo reforçou o discurso de “independência” do Palácio do Planalto, que marcaria a sua

gestão.

Candidato à reeleição, Renan teve seu nome oficializado ontem pelo PMDB, dono de 20 cadeiras no Senado, e é o nome também referendado pelo PT, com uma bancada de 11 parlamentares. Os articuladores da candidatura do alagoano consideram que ele deverá ter pelo menos 48 votos. Agripino ganhou, na terça-feira, o apoio oficial do seu partido, o PFL (17 senadores), e também do PSDB (13), e acredita ter todas as condições de obter – e até superar – os 41 votos necessários para a vitória no pleito de hoje.

Os coordenadores das duas candidaturas admitem que poderá haver defecções dentro das próprias bancadas. Por isso, é intensa a disputa pelos votos dos senadores das demais legendas: PDT e PTB (cada um com quatro) e PSB e PL (cada um com três) são os mais visados. Outros seis partidos (PCdoB, PRB, PPS, PRTB, PP e PSOL) têm apenas

uma cadeira.

Renan Calheiros trabalhou durante todo o mês de janeiro, em Brasília, não apenas para costurar apoios, mas também para afastar de sua candidatura o selo de “governista”. Sempre preocupado em não se posicionar oficialmente como candidato antes da união da bancada do PMDB, Renan vinha declarando, nos últimos dias, que em um novo mandato manterá com o presidente da República “uma interlocução institucional” – entre dirigentes de dois Poderes, e não partidária. Ele se afastaria da articulação do PMDB com o Palácio do Planalto, a cargo exclusivamente dos líderes e do presidente do PMDB.

Renan ainda tentou convencer o adversário do PFL sobre uma candidatura de consenso, com

o argumento de que, abrindo mão da disputa, Agripino se fortaleceria não só para continuar como líder da bancada como até mesmo pleitear a presidência do partido (que estará vaga com a saída de cena do ex-senador Jorge Bornhausen).

– O Senado não quer disputa. Esta não é a tradição da Casa – alegava Renan, mas Agripino

Campanha dos dois senadores centralizou relações com o Poder Executivo

deixou claro nos últimos dias que a candidatura era irreversível e preferia o enfrentamento nas urnas.

Além de um manifesto assinado pelo PFL e pelo

PSDB, divulgado na terça-feira, José Agripino entregou uma carta a cada um dos demais senadores, onde ele se coloca não como um candidato de oposição ao governo, mas uma alternativa “acima da questão ideológica, que garanta a independência da

instituição”. No texto, Agripino busca conquistar apoios na base governista entre aqueles senadores para os quais uma Presidência do Senado independente “valoriza o passe” perante o Palácio do Planalto.

“Com responsabilidade e espírito de cooperação, não serei obstáculo à governabilidade. Apenas exigirei que o governo respeite um Poder autônomo e a soberania popular”, declara em texto divulgado na segunda-feira.

À imprensa, contudo, Agripino procura realçar o raciocínio de que sua vitória significaria a independência do Congresso em relação ao Executivo.

– Não temos mais que aceitar a ingerência do Executivo. Se o Renan ganhar no Senado, o governo estará com tudo, pois deve fazer o presidente da Câmara – avaliou o candidato do PFL, em entrevista à Rádio CBN, há uma semana.

Cargo é um dos mais importantes da República

O cargo de presidente do Senado Federal é um dos mais cobiçados da República (veja mais no Especial Cidadania, na página 16). Além da evidente exposição na mídia e do trânsito junto aos Poderes Executivo e Judiciário permitidos pela estratégica posição, o senador escolhido para presidir a Casa Legislativa tem como uma das principais prerrogativas o comando do Congresso Nacional. É ele quem convoca e preside as sessões conjuntas em que os 513 deputados federais e os 81 senadores decidem sobre temas cruciais como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Orçamento Geral da União e a análise de vetos presidenciais.

Com um orçamento de R\$ 2,7 bilhões para administrar em 2007 (o da Câmara dos Deputados é de R\$ 3,4 bilhões), o presidente do Senado tem diversas atribuições impor-

tantes previstas no Regimento Interno, como incluir ou retirar da pauta de votações (a ordem do dia) os projetos em tramitação.

Nas sessões plenárias, cabe ao presidente conceder, com base no Regimento Interno, a palavra aos líderes e aos senadores que desejam apresentar questões de ordem à Mesa. Ainda que fenômeno raro, nas sessões deliberativas ele pode até mesmo desempatar votações em Plenário.

Além de todas essas prerrogativas previstas no Regimento Interno, a Constituição atribui competência ao presidente do Senado para, por exemplo, promulgar leis aprovadas pelo Congresso Nacional se o presidente da República não o fizer. Outra importante função é tratar da instalação ou não das comissões parlamentares de inquérito (CPIs).

Efraim conduzirá processo eleitoral

Para que a escolha dos novos integrantes da Mesa seja válida, a maioria da composição da Casa, 41 senadores, deverá registrar presença. O secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, explicou que a votação é secreta e será efetuada por meio de cédulas nominiais, conforme exige o Regimento Interno da Casa.

O 1º secretário, Efraim Moraes (PFL-PB), presidirá a Mesa durante a eleição. Efraim coordenará a eleição em virtude de o atual presidente ser candidato e pelo fato de os senadores Tião Viana (PT-AC), 1º vice, e Antero Paes de Barros (PSDB-MT), 2º vice, estarem encerrando seus mandatos. Tião Viana foi reeleito para mais oito anos no Senado, e Antero concorreu, na última eleição, ao cargo de governador de Mato Grosso.

Eleito o presidente, este assume o cargo e comanda a eleição dos demais integrantes da Mesa: o 1º vice, o 2º vice, os quatro secretários e quatro suplentes,

sempre por voto secreto, registrado em cédula nominal. Havendo candidatura única para o cargo, a escolha deverá ser feita por meio de registro no painel eletrônico.

Cabe ao presidente recém-eleito convocar para amanhã, dia 2 de fevereiro, a sessão solene do Congresso para a instalação dos trabalhos da primeira sessão legislativa da nova legislatura (leia mais na página 4). Será a primeira vez que o ano legislativo começa nesta data, depois da promulgação da Emenda Constitucional 50/06, aprovada no ano passado, que reduziu o recesso. Antes, os trabalhos começavam em 15 de fevereiro.

Na ocasião, será lida pelo 1º secretário do Congresso Nacional a mensagem presidencial de abertura dos trabalhos legislativos, entregue pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff.

Demais cargos podem ser decididos em votação

Na maioria das vezes, há acordo entre os líderes dos partidos

para a escolha da Mesa. Nesses casos, as vagas são distribuídas proporcionalmente entre os partidos e as disputas ocorrem dentro das legendas, quando mais de um senador pode se candidatar.

Em caso contrário, há votação para a escolha de cada um dos demais membros da Mesa.

– Se houver mais de um candidato, a eleição terá de ser feita com a utilização de cédulas. Essa foi a sistemática usada em eleições passadas. Tanto para a posse quanto para a eleição, a Secretaria Geral da Mesa está pronta para cumprir o Regimento Interno e a tradição da Casa – explica o secretário-geral, Raimundo Carreiro.

Concluído o processo eleitoral, caso já estejam redigidos, são lidos os ofícios das bancadas ou blocos partidários com a indicação dos novos líderes e vice-líderes. As indicações dos presidentes e vice-presidentes das dez comissões permanentes são feitas pelas lideranças partidárias, depois da definição da Mesa.

ELEIÇÃO DA MESA Em campanha, senadores enfatizam papel do Legislativo na discussão de questões nacionais

FOTOS: J. FREITAS



Representante da aliança entre PFL e PSDB, José Agripino afirma que estará "acima de ideologia e de partidos"

José Agripino

Renan Calheiros



Renan assegura disputa dentro das regras regimentais e vê fortalecimento do debate na próxima legislatura

Candidatos à Presidência da Casa têm dez minutos para expor suas idéias

Após uma hora de reunião, o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o líder do PFL, senador José Agripino (RN), acertaram na tarde de quarta-feira os procedimentos a serem adotados na eleição para a Mesa, que ocorre em sessão marcada para as 10h de hoje.

Candidatos à Presidência da Casa, Renan e Agripino deverão discursar, cada um, por dez minutos, em defesa de suas plataformas.

– Fizemos um acordo de procedimento. A eleição será feita por chapa, com os nomes dos candidatos. A votação será individual, numa cabine, e a apuração será

feita logo em seguida.

Eleito o presidente, interrompe-se o processo e os partidos, que, por antecipação, já terão escolhido seus representantes para a Mesa diretora, farão a composição da chapa, em entendimento com os líderes. E essa chapa deverá ser aprovada, suponho, pela unanimidade da Casa – afirmou Agripino, ao lado de Renan, após a reunião, que teve também a presença do líder e do presidente do PSDB, senadores Arthur Virgílio (AM) e Tasso Jereissati (CE).

De acordo com Agripino, o discurso que cada candidato fará “em defesa de suas idéias

e de seus compromissos” prestigiará a tradição democrática do Senado. A sessão deverá ser presidida pelo 1º secretário da Mesa anterior, Efraim Moraes (PFL-PB).

Disputa é marcada pela cordialidade

O líder do PFL esclareceu que a escolha dos outros integrantes da Mesa seguirá o critério da proporcionalidade. Se o PMDB ganhar a Presidência, informou, o PFL escolherá a 1ª Vice-Presidência ou a 1ª Secretaria da Casa. E vice-versa, caso o PFL saia vitorioso na eleição. Em seguida, escolherão os cargos na Mesa o PSDB e o PT.

O mesmo critério da proporcionalidade será utilizado na escolha da direção das dez co-

missões permanentes.

Após o encontro, Renan Calheiros salientou que a disputa se dará em clima cordial. Ele fez questão de reafirmar o relacionamento franco e transparente entre ambos.

– Respeito muito o senador José Agripino, ele é um dos grandes líderes do Senado – elogiou Renan.

Ele explicou que haverá disputa pela Presidência da Casa, mas enfatizou que isso será feito dentro das regras regimentais.

– Nós, civilizadamente, acertamos os procedimentos da disputa. O voto será secreto, cada senador entrará sozinho na cabine e

votará de acordo com sua consciência, apenas de acordo com sua consciência.

Ele também sublinhou que qualquer negociação entre os partidos referente à composição da Mesa e das comissões permanentes deverá ser feita apenas após a proclamação do resultado da eleição. Esse resultado é que vai indicar o rumo da negociação.

– A disputa deve acontecer também para os outros cargos, dependendo das bancadas e dos projetos existentes em cada bancada.

Quem vai conduzir as conversas com os líderes poderá ser eu ou não. Tudo depende da eleição – afirmou.

Negociação para compor a Mesa ocorrerá após eleição do presidente

Peso de cada partido determinará o preenchimento dos cargos

Agripino quer ampliar autonomia e independência do Congresso

O PFL e o PSDB divulgaram na terça-feira manifesto contendo os principais pontos da plataforma de José Agripino à Presidência do Senado. Participaram da solenidade, além do candidato, de Arthur Virgílio e de Tasso Jereissati, os senadores Marco Maciel (PFL-PE), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Jorge Bornhausen (PFL-SC), e Jarbas Vasconcelos, eleito pelo PMDB de Pernambuco.

– Oferecer benesses mancharia a minha trajetória de homem público e ofenderia meus colegas – disse Agripino, ao explicar que irá trabalhar por um Senado e um Congresso fortalecidos em relação ao Poder Executivo, “um pólo de poder que resista a populismos autoritários e mostre que não há um lado só no país”.

Entre as prerrogativas que o senador deseja ver resgatadas estão o exame rigoroso das medidas provisórias; o exa-

me dos vetos presidenciais aos projetos aprovados pelo Legislativo; e o resgate do poder de iniciativa das duas Casas do Congresso.

O candidato da aliança entre PFL e PSDB contabiliza aproximadamente 30 votos, e acredita ter as condições de obter – e superar – os 41 votos necessários para a vitória no pleito de hoje.

Apesar das propostas de independência, José Agripino caracterizou sua candidatura como compatível com a governabilidade, “acima de ideologia e de partidos”. O manifesto enfatiza que o atual presidente do Senado, Renan Calheiros, deve ter seus méritos reconhecidos. “O que propomos é fazer mais, aperfeiçoar o processo político em curso”, diz o documento. O manifesto fala ainda no esforço para devolver ao Senado o espaço do debate “que foi retirado pela ação do Executivo”.

Equilíbrio das forças partidárias fortalece o Senado, diz Renan

A 53ª Legislatura do Congresso deverá ser pautada pelo fortalecimento do Senado, do Legislativo e da democracia, e pela continuidade do diálogo com os partidos e instituições. A previsão é de Renan Calheiros, presidente do Senado e candidato à reeleição.

Para o senador, a maior prova de que a nova legislatura vai reforçar o papel do Legislativo está no relativo equilíbrio de forças partidárias produzido pelas urnas de outubro passado.

– Isso indica que as deliberações da Casa serão ainda mais realizadas com base no entendimento e na negociação política. As matérias aprovadas, não tenho dúvida, ganharão cada vez mais as cores dos partidos e dos seus representantes no Senado, o que é absolutamente saudável para o processo democrático e para a nossa imagem institucional. Estaremos mais inseridos nas grandes

decisões nacionais – assinalou.

Nas previsões de Renan, é chegada a hora de o Senado aprovar uma reforma tributária efetiva, debruçar-se sobre as propostas de parcerias público-privadas e avançar ainda mais numa legislação que combata efetivamente as raízes da criminalidade. Antes, porém, deverá ocorrer o debate em torno do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), apresentado pelo governo federal.

– A apreciação do programa requer um amplo debate, e o Senado será o fórum qualificado para a formação de uma convergência política – disse.

Renan também acredita que o Plenário terá mais velocidade nas votações, a partir de mudanças na tramitação das medidas provisórias.

– Deveremos formatar um regimento mais claro, que facilitará o trabalho dos senadores e das comissões – afirmou.

CÂMARA

FOTOS: LUIZ ALVES/AGÊNCIA CÂMARA



Aldo Rebelo: bloco PSB, PDT, PCdoB, PAN, PMN e PHS se uniu por razões históricas e pelo projeto comum



Arlindo Chinaglia defende recuperação da "autoridade política da Câmara", após o desgaste dos últimos anos



Gustavo Fruet anuncia intenção de "tirar a Câmara das notícias policiais" e melhorar a imagem dos políticos

Deputados debatem propostas na TV

Marcada pelo ineditismo de ter ultrapassado as fronteiras corporativas do Legislativo para se tornar parte do debate nacional em prol da moralidade na política, a eleição para presidente da Câmara dos Deputados será realizada hoje, às 15h, no Plenário Ulysses Guimarães.

Além de Aldo Rebelo (PCdoB-SP), que busca a reeleição, dispu-

tam os votos dos 513 deputados outros dois candidatos: Arlindo Chinaglia (PT-SP) e Gustavo Fruet (PSDB-PR). Os três, inclusive, participaram de um debate transmitido ao vivo pela TV Câmara na segunda-feira.

O tema principal já era esperado: como recuperar a imagem da instituição, após os sucessivos escândalos envolvendo dezenas de deputados federais, como o

mensalão e a máfia das ambulâncias. Também foram discutidas as propostas para temas como reforma política, restrição de medidas provisórias e aumento de salário de parlamentares.

Durante o debate, Rebelo pediu aos deputados que o ajudem a valorizar a Casa, por ele classificada como a "mais democrática e representativa do povo brasileiro". Chinaglia defendeu a recuperação

da "autoridade política" da Câmara. Fruet, ao comentar recente pesquisa sobre a imagem dos políticos brasileiros, anunciou a intenção de "tirar a Câmara das notícias policiais".

Os maiores partidos anunciaram seus apoios antecipadamente a um dos nomes, porém a indicação oficial das lideranças não significa que o candidato receberá os votos da totalidade das

bancadas. Aldo tem o apoio formal do PCdoB (13 deputados na legislatura), PFL (63), PSB (27) e PDT (23). Chinaglia é apoiado pelo PT (83), PMDB (90), PP (41), PR (31) e PTB (22). Gustavo Fruet tem o apoio do PSDB (64) e do PPS (21). Além da Presidência, os outros cargos em disputa são a 1ª Vice-Presidência, a 2ª Vice, as quatro secretarias e as quatro suplências.

Presidente da Câmara é o segundo na sucessão para o Executivo

O presidente da Câmara é o segundo na linha de sucessão do presidente da República, atrás do vice-presidente. Por isso, é comum que, graças às viagens internacionais do presidente, o deputado ocupante do posto assuma por horas ou até dias o comando do governo. Além disso, o presidente da Câmara integra o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.

No dia-a-dia, porém, suas atribuições são, basicamente, definir a ordem das votações de projetos, propostas de emenda à Constituição e medidas provisórias. Ele pode decidir por retirar ou colocar matérias na pauta de votações, além de decidir sobre a aceitação ou não de pedidos de *impeachment* do presidente da República.

É esta prerrogativa que faz o cargo ser estrategicamente tão importante para o governo, que nesta eleição tem dois candidatos dividindo os votos de sua bancada:

Cargo é importante para o governo, mas bancada está dividida

Chinaglia e Aldo. Há dois anos, na última eleição, a bancada do governo também estava dividida – na ocasião, entre os candidatos Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) e Virgílio Guimarães (PT-MG) – e acabou abrindo as portas para a vitória do representante do chamado "baixo clero" (deputados de menor expressão política), Severino Cavalcanti (PP-PE), que renunciou ainda em 2005 para evitar a cassação do mandato por quebra de decoro. Ele foi acusado de, quando secretário da Câmara, cobrar propinas para renovar concessão de restaurante na Casa.

Representação é proporcional à população dos estados e do DF

Assim como no Senado, a posse dos deputados federais ocorrerá às 10h, e após a proclamação dos diplomados pelo presidente Aldo Rebelo, haverá o já tradicional juramento coletivo solene: "Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil".

Casa onde é iniciada a tramitação da maioria das proposições legislativas, a Câmara é, no sistema bicameral brasileiro, o órgão de representação do povo dos estados e do Distrito Federal. Já ao Senado, por sua característica de reunir bancadas de tamanhos iguais para estados pequenos, médios ou grandes, cabe estabelecer o equilíbrio federativo

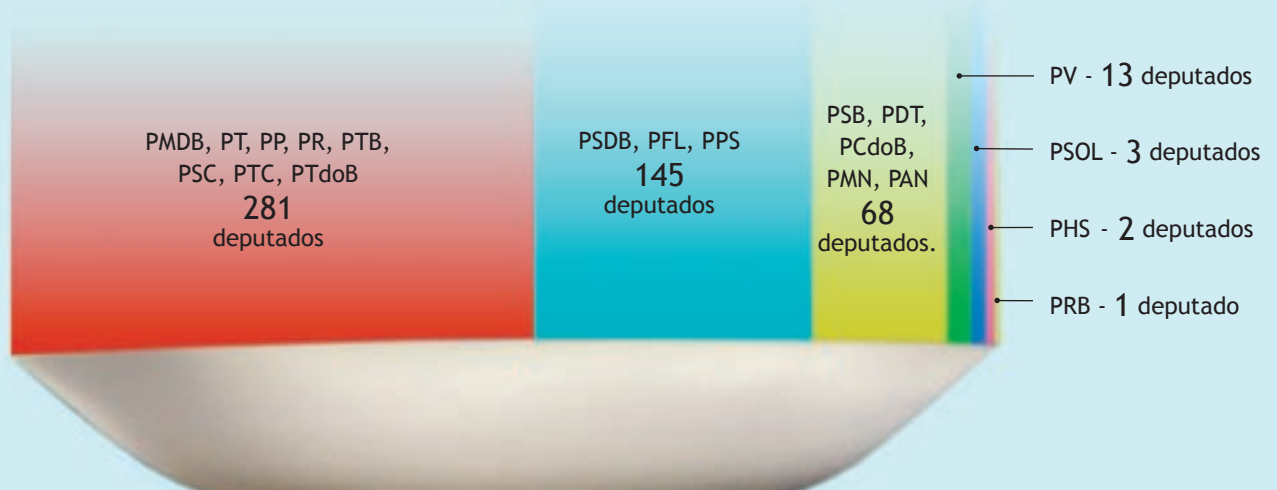
nos debates e decisões de importância nacional.

O número de deputados de cada estado e do DF, como prevê o artigo 45 da Constituição, é fixado em lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma bancada tenha menos de oito ou mais de 70 deputados. A Lei Complementar 78, de 30 de dezembro de 1993, estabelece que o número de deputados não pode ultrapassar 513.

As competências privativas da Câmara dos Deputados, conforme o art. 51 da Constituição, incluem a autorização para instauração de processo contra o presidente e o vice-presidente da República e os ministros de Estado.

Os partidos na Câmara dos Deputados

Na nova configuração da Câmara dos Deputados, formaram-se três grandes blocos partidários. O maior deles, liderado pelo PMDB e pelo PT, alcança 281 parlamentares, de um total de 513, e apóia o governo federal, que tem também apoio do bloco liderado pelo PDT, PSB e PCdoB.



CONGRESSO Com novos presidentes para as Casas, suas comissões e lideranças, começa mais uma legislatura



Início da primeira sessão legislativa terá cerimônia parecida com a da posse presidencial

A solene abertura dos trabalhos legislativos

A sessão solene de instalação dos trabalhos legislativos está prevista, este ano, para amanhã, dia 2 de fevereiro, às 16h. Ela será antecedida pela cerimônia de abertura da primeira sessão legislativa da 53ª Legislatura.

Essa solenidade é muito semelhante à da posse do presidente da República, pois o presidente do Congresso Nacional participa do cerimonial militar de revista às tropas. Enquanto o presidente do Senado, a ser eleito hoje, faz o trajeto desde a residência oficial, acompanhado por escolta militar, há uma cerimônia de incorpora-

ção da Tropa Militar à Guarda de Honra da Bateria Nacional, em frente à entrada principal do Congresso, para recepcioná-lo.

O presidente do Congresso, depois de subir a rampa, é recebido pelos secretários e diretores da Câmara e do Senado e pelo presidente da Câmara, que também será eleito hoje.

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ellen Gracie, e líderes dos partidos nas duas Casas participam da recepção.

No Plenário da Câmara, o presidente do Congresso abre oficialmente a sessão. Quando o

presidente da República comparece, o presidente do Congresso solicita aos líderes partidários que o recepcionem na entrada do Congresso e o acompanhem até o Plenário, onde comporá a Mesa.

No entanto, o presidente Lula já designou a chefe da Casa Civil, ministra Dilma Rousseff, sua representante para levar ao presidente do Congresso Nacional sua mensagem oficial.

O presidente do Congresso, após receber a mensagem, declara instalados os trabalhos da primeira sessão legislativa da nova legislatura.

Pauta será trancada por três MPs

Três medidas provisórias deverão trancar a pauta de votação do Senado logo no início dos trabalhos da 53ª Legislatura, quando serão lidas. São elas a MP 326/06 e os projetos de Lei de Conversão 29 e 30, ambos de 2006 (decorrentes das MPs 327/06 e 329/06). As matérias já foram deliberadas pela Câmara dos Deputados.

A MP 326/06 abre crédito de R\$ 1 bilhão para operações oficiais de crédito, a fim de atender ações que garantam a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, regulando os preços de produtos agrícolas. O governo pretende, com essa medida, diminuir os efeitos da crise enfrentada pelos agricultores como resultado da seca e da queda do preço das *commodities*, realizando leilões para garantir o recebimento do preço mínimo

dos produtos, estabelecido no Plano de Safra de 2006.

Já o PLV 29/06 veda a pesquisa e o cultivo de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação, exceto nas áreas de proteção ambiental (APAs). O objetivo é proibir a pesquisa e o cultivo de transgênicos nas terras indígenas e estabelecer regras para o plantio dos transgênicos nas áreas que circundam as unidades de conservação, até que seja fixada sua zona de amortecimento e aprovado o respectivo plano de manejo.

A matéria também altera a lei que trata dos organismos geneticamente modificados (Lei 11.105/05) para permitir que as decisões da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CNTBio) sejam tomadas por votos favoráveis da maioria ab-

soluta dos seus membros. Outra mudança proposta diz respeito à lei que trata da participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa (Lei 10.101/00), fixando que o trabalho aos domingos e feriados no comércio varejista e atacadista fique condicionado a acordo coletivo. A hora trabalhada deverá ser remunerada com no mínimo 100% do valor da hora normal e o repouso semanal deverá coincidir, pelo menos a cada duas semanas, com o domingo.

O PLV 30/06 autoriza o Ministério da Defesa a contratar, no âmbito do Comando da Aeronáutica e de forma temporária, até 60 pessoas por dois anos, prorrogáveis por igual período. A medida foi uma resposta do governo à crise aérea e permitirá a contratação de controladores de voo em caráter emergencial.

Comissões dependem da definição dos líderes

A instalação das dez comissões permanentes do Senado nesta nova legislatura só ocorrerá após a definição dos líderes partidários na Casa.

Isso porque compete aos líderes fixar a representação numérica dos partidos e dos blocos parlamentares nos colegiados e, a partir dessa definição, indicar os nomes dos senadores titulares e suplentes que integrarão cada comissão.

Com base na indicação feita pelos líderes, o presidente do Senado faz a designação dos membros de cada comissão. Conforme o Regimento Interno do Senado, sempre que possível, a proporcionalidade do partido ou bloco parlamentar na Casa deve se refletir no âmbito da comissão. O senador poderá participar de apenas três comissões como titular e de outras três como suplente, mas pode assistir a reuniões e discutir proposições em qualquer uma delas. No entanto, apenas os membros poderão votar as matérias em exame no colegiado.

O regimento destaca ainda que o lugar na comissão pertence ao partido ou ao bloco parlamentar e não ao senador

que o ocupa. Nesse sentido, o líder pode substituir a qualquer momento o titular ou o suplente por ele indicado, mas a substituição de senador que exerça a presidência de comissão necessita da autorização da maioria da bancada partidária.

Reuniões em horário diverso da ordem do dia

O colegiado deverá se reunir para a instalação dos trabalhos cinco dias úteis após a designação dos membros de cada comissão pelo presidente do Senado, de acordo com o regimento. Nessa primeira reunião serão eleitos o presidente e o vice-presidente, em votação secreta.

Ainda segundo o regimento, as reuniões das comissões não podem coincidir com o horário reservado à ordem do dia das sessões deliberativas da Casa. E, para que a reunião da comissão se realize, é necessária a presença de, pelo menos, a maioria de seus integrantes. As reuniões são semanais, em dias e horários específicos, mas podem também ser extraordinárias, mediante convocação especial do presidente do colegiado.

Cinco lideranças já têm titulares confirmados

Das 13 representações partidárias no Senado, cinco já têm nomes confirmados para a função de líder: José Nery (PSOL-PA) e Jefferson Péres (PDT-AM), que ocupam as lideranças dos respectivos partidos; Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Ideli Salvatti (PT-SC), que irão manter os mesmos cargos de líderes das legendas; e Romero Jucá (PMDB-RR), que continua na liderança do governo.

Jefferson Péres assumirá a liderança do PDT em substituição ao senador Osmar Dias (PR), que, embora ainda tenha quatro anos de mandato, deixa o cargo para que haja rodízio entre os integrantes do partido.

– O Jefferson ocupou a liderança por dois anos e passou para mim, que, agora, depois de outros dois anos, repasso para ele – informou Osmar Dias na última quarta-feira à Agência

Senado.

Com o fim do mandato da senadora Heloísa Helena (AL), José Nery passará a ser o único integrante do PSOL na Casa e assume a liderança do partido. Ele era o primeiro suplente da senadora Ana Júlia Carepa (PT), eleita governadora do Pará.

Já Crivella, único representante do PRB no Senado, Ideli, que mantém o posto de líder do bloco de apoio ao governo, e Romero Jucá

foram mantidos nos cargos. Ao ser questionado sobre sua permanência na liderança do governo, Jucá lembrou que “o prazo de validade de um líder de governo é de 24 horas, pois pode ser trocado a qualquer momento”.

A definição das lideranças do PFL, do PMDB e do Bloco da Minoria (PFL e PSDB) depende ainda de negociações políticas.

Estão definidos os líderes do governo, PT, PDT, PRB e PSOL

..... foram mantidos

nos cargos. Ao ser questionado sobre sua permanência na liderança do governo, Jucá lembrou que “o prazo de validade de um líder de governo é de 24 horas, pois pode ser trocado a qualquer momento”.

A definição das lideranças do PFL, do PMDB e do Bloco da Minoria (PFL e PSDB) depende ainda de negociações políticas.

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janáina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Raul Grilo e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do Jornal do Senado é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

NOVO SENADO Solenidade aberta ao público e transmitida pela TV Senado marca início da 53ª Legislatura

Cada legislatura do Congresso é dividida em quatro sessões legislativas anuais, iniciadas em fevereiro e encerradas em dezembro

Senadores fazem juramento e dão início ao mandato

A pedido do presidente Renan Calheiros, o secretário-geral da Mesa Diretora, Raimundo Carreiro Silva, enviou por carta orientações aos senadores sobre os procedimentos que serão seguidos para a posse dos 27 novos parlamentares e para a eleição da Mesa, que serão realizadas hoje. E também para a instalação dos trabalhos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, sexta-feira, às 16h, no Plenário da Câmara dos Deputados.

Legislatura é o período de quatro anos em que o Congresso Nacional exerce as atribuições previstas na Constituição fede-

ral. Cada legislatura é dividida em quatro sessões legislativas ordinárias anuais. Cada sessão tem início em 2 de fevereiro, é interrompida em 17 de julho, reiniciada em 1º de agosto e encerrada em 22 de dezembro.

Os senadores tomarão posse para exercer um mandato de oito anos – até 31 de janeiro de 2015 – e caberá a um deles pronunciar, em nome de todos, o juramento de “guardar a Constituição federal e as leis do país, desempenhar fiel e lealmente o mandato de senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil”. Os outros, então, responderão

“assim o prometo”. De acordo com o Regimento Interno, não são permitidos discursos durante a solenidade.

Após a posse, haverá a escolha do presidente do Senado para o biênio que se inicia. Caberá ao 1º secretário, Efraim Moraes (PFL-PB), dirigir a reunião, pois, além de o atual presidente ser candidato à reeleição, os senadores Tião Viana (PT-AC), 1º vice, e Antero Paes de Barros (PSDB-MT), 2º vice, estão encerrando seus mandatos. Viana foi reeleito para mais oito anos no Senado, e Antero perdeu a disputa pelo governo de Mato Grosso em outubro.

Para que a escolha dos novos integrantes da Mesa seja válida, a maioria da composição da Casa – 41 senadores – deverá registrar presença. Serão utilizadas cédulas nominiais, conforme exige o Regimento Interno da Casa, depositadas em urna. O secretário-geral Raimundo Carreiro explicou que a votação só se daria por meio do painel eletrônico caso houvesse apenas um candidato. Uma outra reunião, já comandada pelo novo presidente, que poderá ocorrer logo em seguida, servirá para a escolha dos dois vice-presidentes, dos quatro secretários e dos suplentes da Mesa do Senado.

Bancada feminina passa a ter 11 integrantes

Com a reeleição da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e a eleição das senadoras Marisa Serrano (PSDB-MS), Rosalba Ciarlini (PFL-RN) e Kátia Abreu (PFL-TO), a bancada feminina no Senado passa de dez para 11 parlamentares – se considerada a senadora licenciada Marina Silva (PT-AC), que exerce o cargo de ministra do Meio Ambiente.

O número só não será maior

porque Ana Júlia Carepa (PT) deixou o Senado para assumir o governo do Pará, tendo sido substituída por um homem, José Nery (PSOL-PA).

Maria do Carmo entrou para a história política como a primeira senadora reeleita no Brasil.

As senadoras Roseana Sarney (PMDB-MA), Fátima Cleide (PT-RO), Ideli Salvatti (PT-SC), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Patrícia

Saboya (PSB-CE) e Serys Slhessarenko (PT-MT) ainda têm quatro anos de mandato a cumprir. A vaga de Marina Silva é ocupada pelo primeiro suplente, Sibá Machado (PT-AC).

No lugar da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), que concorreu à Presidência da República nas últimas eleições, ingressa no Senado o ex-presidente Fernando Collor de Mello (PTB-AL).

Solenidade aberta ao público pode ser vista pela TV

A cerimônia de posse dos novos senadores, marcada para hoje, a partir das 10h, será aberta ao público.

Vários telões serão posicionados nas salas de comissões e no Auditório Petrônio Portela, para onde serão encaminhadas as pessoas que desejarem assistir ao evento do interior do Senado.

Os cidadãos que desejarem assistir à solenidade em casa poderão sintonizar a TV Senado, que fará a transmissão ao vivo.

Os convidados dos 81 senadores – desses, 27 tomam posse – assistirão à cerimônia na Galeria, na Tribuna de Honra e no Salão Nobre. O Salão Negro será destinado exclusivamente à acomodação dos convidados para a posse dos deputados federais eleitos.

Telões no Petrônio Portela facilitam acompanhamento

O diretor da Polícia do Senado Federal, Paulo Ricardo Araújo Carvalho, afirmou que a expectativa para a solenidade, hoje, de posse dos senadores eleitos em outubro de 2006, é de um evento tranqüilo.

Carvalho lembrou que as pessoas que receberam convites especiais enviados pela Secretaria Geral da Mesa ficarão no Plená-

rio, nas galerias e na tribuna de honra. O público geral será acomodado nas salas das comissões e no Auditório Petrônio Portela, onde serão instalados telões. Não haverá estacionamento especial reservado aos convidados, como ocorreu na posse do presidente da República.

Para os jornalistas que cobrirão o evento, a recomendação é de

que todos estejam portando suas credenciais de acesso ao Senado Federal. Não serão exigidas credenciais especiais.

O diretor da Polícia do Senado também destacou que quem quiser participar da visita guiada pelas dependências da Casa terá que deixar para a próxima semana – o passeio estará suspenso hoje e amanhã.

Casa tem uma série de atribuições privativas

Estados, municípios e a própria União só podem tomar empréstimos externos quando previamente autorizados pelo Senado, que é também responsável por fixar o limite máximo da dívida de cada ente federado. Essa é uma das diversas atribuições privativas da Casa, definidas no artigo 52 da Constituição federal. Aprovar a indicação presidencial de autoridades como os diretores do Banco Central, ministros de tribunais superiores, embaixadores ou dirigentes de agências reguladoras é tarefa exclusiva dos 81 senadores, representantes dos 26 estados e do Distrito Federal.

No campo econômico, a Carta Magna também estabelece outras atribuições únicas do Senado, entre elas a avaliação periódica sobre a funcionalidade do sistema tributário nacional, com relação à sua estrutura e componentes e ao desempenho das administrações tributárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Em termos político-institucionais, o Senado tem ainda competências exclusivas definidas pela Constituição, como o difícil trabalho de processar e julgar por crimes de responsabilidade o presidente da República, o vice-presidente, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), o procurador-geral e o advogado-geral da União e os membros dos conselhos nacionais de Justiça e do Ministério Público. Nesses processos por crime de responsabilidade, determina a Constituição, o Senado será presidido pelo presidente do STF.

Os senadores são invioláveis civil e penalmente por suas opiniões, palavras e votos, conforme a Constituição. Mas podem perder o mandato se descumprirem a proibição de manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou concessionária de serviço público.

O parlamentar não pode, ainda, exercer cargo, função ou emprego remunerado nessas entidades ou ser proprietário, controlador ou diretor de empresas dessa natureza. O senador está impedido, também, de ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Ainda é passível de perda de mandato aquele que abusar das prerrogativas de membro do Congresso ou receber vantagens indevidas.

A NOVA COMPOSIÇÃO DO SENADO

Acre

Tião Viana (PT)



Nascido em Rio Branco, capital do estado, em 1961, Tião Viana foi eleito senador em 1999. Reeito em 2006 com mais de 80% dos votos válidos, o parlamentar do PT ocupa o cargo de 1º vice-presidente do Senado. Casado e pai de três filhos, seu nome completo é

Sebastião Afonso Viana Macedo Neves. Médico, formou-se em 1986 na Faculdade de Medicina da Universidade do Pará. Em 2003 tornou-se doutor em Medicina Tropical pela Universidade de Brasília, com tese sobre a disseminação de hepatite B e Delta entre a população de doze municípios do Acre. Saúde pública é uma de suas principais bandeiras como parlamentar.

Foi escolhido líder do PT e do bloco de apoio ao governo em 2003, e esteve à frente das difíceis negociações em torno da reforma da Previdência. Participou como membro titular em diversas comissões da Casa. Tem como suplentes Anibal Diniz e Carlos Augusto Coelho.

Sibá Machado (PT)



Sibá Machado é senador pelo Acre desde 2003. Ele é o 1º suplente da senadora licenciada Marina Silva, atual ministra do Meio Ambiente. Nascido em 1958, no município de União, no Piauí, Sebastião Machado de Oliveira é casado e tem dois filhos. Formado em Geografia

pela Universidade Federal do Acre, ele começou sua atividade política no Pará, junto a grupos de jovens da Igreja Católica. No estado do Acre uniu-se à Comissão Pastoral da Terra e participou da organização de sindicatos. Ligado aos movimentos de trabalhadores rurais e de preservação da Amazônia, Sibá Machado segue a mesma linha de trabalho de Marina Silva em relação à preservação do meio ambiente e em prol do desenvolvimento auto-sustentável da região amazônica. É presidente do PT do Acre, vice-líder da bancada no Senado e ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) daquele estado. Tem como suplente Antônio Ferreira.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)



Geraldo Mesquita Júnior nasceu em Fortaleza (CE), em 1948, e é filho do ex-governador do Acre Geraldo Mesquita. Casado e pai de três filhos, é formado em Direito e procurador licenciado da Fazenda Nacional.

Em 2000 exerceu a função de chefe do Gabinete Civil do Acre, durante a gestão de Jorge Viana, em cujo mandato foi também secretário extraordinário de Coordenação Institucional. Nas eleições de 2002, foi eleito pelo PSB na coligação que reelegera Jorge Viana para o governo do estado e Marina Silva para o Senado (ambos do PT). Afastou-se, porém, da bancada de apoio ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Chegou a filiar-se ao PSOL, da ex-senadora Heloísa Helena. Posteriormente, no entanto, uniu-se ao PMDB, onde mantém discurso independente. Em seu mandato dedica-se especialmente ao debate em torno da reforma tributária e do Judiciário. Tem como suplentes Natal Chaves e Francisco Evandro Costa.

Alagoas

Fernando Collor de Mello (PTB)



Fernando Affonso Collor de Mello, 57 anos, casado e pai de cinco filhos, volta à cena política nacional ao conquistar o mandato de senador. Eleito pelo PRTB, assume filiado ao PTB. Carioca, economista, começou a carreira política como prefeito de Maceió, em 1980. Em 1982, elegeu-se

deputado federal. Tornou-se governador de Alagoas em 1986. Elegeu-se presidente da República em 1989 pelo PRN, na primeira eleição direta após o regime militar, derrotando Luiz Inácio Lula da Silva. Com dois anos de governo, uma CPI investigou seu tesoureiro de campanha, PC Farias, e Collor sofreu um *impeachment*, aprovado pelo Congresso. Renunciou ao cargo horas antes de ser condenado pelo Senado por crime de responsabilidade, decisão que suspendeu seus direitos políticos por oito anos e foi mantida pelo STF. Já o STF o absolveu em todos os processos. Seus suplentes são Euclides Affonso de Mello Neto e Ada Marques Lus.

Renan Calheiros (PMDB)



José Renan Vasconcelos Calheiros, nascido em 1955, em Murici (AL), é casado e tem três filhos. Atual presidente do Senado e do Congresso, exerce o segundo mandato de senador. Formado em Direito pela Universidade Federal de Alagoas,

iniciou a carreira política ainda no movimento estudantil, sendo eleito deputado estadual antes de terminar a faculdade. Foi deputado federal constituinte, ocasião em que atuou em defesa do parlamentarismo, da regulamentação do direito de greve e da inclusão das garantias individuais na Constituição. Foi líder do governo no Congresso em 1990. Assumiu a pasta de ministro da Justiça em 1998, durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Foi também vice-presidente-executivo da Petroquisa e presidente do Conselho Nacional de Trânsito. Tem como suplentes José de Oliveira e José Wanderley

João Tenório (PSDB)



Em abril de 2006, João Evangelista da Costa Tenório assumiu a vaga de senador deixada por Teotônio Vilela Filho, do qual era suplente. Com a renúncia deste, que assumiu o governo de Alagoas, João Tenório agora é o titular do mandato, que vai até 2011. O parlamentar

já havia substituído Teotônio Vilela Filho outras vezes entre 2003 e 2005. Nessas oportunidades, foi integrante da CPI dos Transgênicos e das comissões de Serviços de Infra-Estrutura e de Educação. Também foi suplente da CPI Mista da Exploração Sexual e da Comissão de Assuntos Sociais. Empresário em Alagoas, João Tenório atua no ramo de cana-de-açúcar, álcool e coco. Natural do município de Atalaia, naquele estado, já foi presidente da Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar e Alcool de Alagoas. Sua suplente é a médica Valquíria Alves Brandão César.

Amapá

José Sarney (PMDB)



José Sarney de Araújo Costa dá início a seu quinto mandato de senador, o terceiro pelo Amapá. Nascido em Pinheiro, no Maranhão, em 1930, Sarney formou-se em Direito em 1954. Ingressou na política como deputado federal pela UDN, exercendo mandatos até

1966, quando assumiu o governo do Maranhão. Foi uma das novas lideranças da UDN. Em 1965, filiou-se à Arena. Depois de deixar o governo do Maranhão, foi senador por dois mandatos. Participou em 1979 da fundação do PDS, mas deixou o partido em 1984, ingressando no PMDB. Foi candidato a vice-presidente e, em decorrência da morte de Tancredo Neves, assumiu a Presidência em 1985. Durante seu mandato foi elaborada a nova Constituição federal. É casado, tem três filhos e é também escritor, membro da Academia Brasileira de Letras. Tem como suplentes Jorge Nova da Costa e Salomão Alcolumbre.

Gilvam Borges (PMDB)



Gilvam Pinheiro Borges nasceu em Brasília, em 1958, quando seu pai, Miguel Pinheiro Borges, trabalhou na construção da nova capital federal. Já na adolescência envolveu-se com a política, tendo assumido a vice-presidência da Associação dos Universitários do Amapá

enquanto cursava Sociologia na Universidade Federal do Pará. Foi presidente do Grupo Filantrópico da Amazônia. Seu primeiro cargo eletivo foi o de deputado federal, em 1990. Foi eleito pela primeira vez senador da República em 1994, também pelo PMDB. Em 2005 assumiu novo mandato, após a cassação de seu adversário, João Capiberibe. Entre os projetos apresentados por Gilvam Borges estão o que cria permissão especial para que menores entre 16 e 18 anos possam dirigir e o que abole o exame da Ordem dos Advogados do Brasil para o exercício da profissão. Tem como 1º suplente Geovani Borges.

Papaléo Paes (PSDB)



João Bosco Papaléo Paes nasceu em Belém do Pará, em 1952. Casado, formado em Medicina, serviu ao Exército até 1980, chegando à patente de primeiro-tenente, do 3º Batalhão Especial de Fronteira, e integrando a junta médica da guarnição da capital. Posteriormente,

foi secretário estadual da Saúde e presidente da Associação Médica do Amapá. De 1993 a 1996 foi prefeito de Macapá (AP). Foi filiado ao PTB, legenda pela qual conquistou o mandato, e ao PMDB. Crítico do governo Luiz Inácio Lula da Silva, filiou-se ao PSDB em 2005. Em sua atuação procura dar destaque a questões ligadas à saúde pública, tema sobre o qual apresentou inúmeros projetos, como o que cria o Estatuto do Enfermo. Aponta ainda para a necessidade de incentivo ao turismo ecológico. Faz parte da Mesa, como suplente da 2ª Secretaria. Seus suplentes são Sebastião Cristovan e Uilton José.

A NOVA COMPOSIÇÃO DO SENADO

Amazonas

Alfredo Nascimento (PL)



Eleito em 2006, Alfredo Nascimento, 54 anos, anuncia como bandeira de luta a manutenção e a estabilidade da Zona Franca de Manaus. Para tanto, afirma que trabalhará contra a criação de novas zonas de processamento de exportações no país. Também

deve dedicar seu mandato à recuperação da BR-319, que liga Manaus à divisa do Amazonas com Rondônia.

Durante sua segunda gestão como prefeito de Manaus, em 2004, foi nomeado ministro dos Transportes. Exerceu ainda o cargo de superintendente da Zona Franca de Manaus. Presidente do PL do Amazonas, é casado, formado em Letras e Matemática e especialista em Administração de Pessoal, Administração de Materiais e Auditoria em Recursos Humanos pela Fundação Getúlio Vargas. Seus suplentes são João Pedro Gonçalves da Costa (PT) e Aluísio Augusto de Queiroz Braga (PL).

Arthur Virgílio (PSDB)



Nascido em Manaus em 1945, Arthur Virgílio Neto é advogado formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e diplomata de carreira do Itamaraty. Eleito para o cargo de deputado federal em 1982, foi prefeito de Manaus (1989-1993)

antes de retornar à Câmara dos Deputados para cumprir mais dois mandatos. Naquela Casa, foi líder da bancada do governo, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República. Também assumiu, por cinco meses, durante o governo Fernando Henrique, o cargo de secretário-geral da Presidência da República.

Desde 2003, é apontado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) como um dos “dez cabeças” do Congresso Nacional. Atualmente é líder do PSDB no Senado Federal, cargo que exerce desde que assumiu o mandato como senador, em 1º de fevereiro de 2003. Seu 1º suplente é Frank Luiz.

Jefferson Péres (PDT)



Professor universitário com pós-graduação em Ciência Política, Jefferson Carpinteiro Péres nasceu em Manaus, em 1932, e iniciou sua vida parlamentar em 1988, quando foi eleito vereador, tendo sido reeleito em 1992. Chegou ao Senado em 1995 e se destacou pelo trabalho em prol da

agilização da Justiça e pela reestruturação da Zona Franca de Manaus. A modernização econômica e a moralização das finanças públicas também são focos de sua atuação. No Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, foi o relator do processo que levou à cassação do então senador Luiz Estevão. Atuou como relator da Lei de Responsabilidade Fiscal. Entre 2005 e 2006 foi líder do PDT. Propôs no ano passado um concerto político para o Brasil, aos moldes da “concertación” chilena, em torno de pontos comuns, relacionados à economia do país. E, com discurso em defesa da ética, foi candidato a vice-presidente, na chapa Cristovam Buarque. Erasmo Lins é seu 1º suplente.

Bahia

João Durval (PDT)



João Durval Carneiro, eleito em 2006 pela coligação PDT/PSC/PRTB, tem como suplentes Eliel Lima Santana (PSC) e José Francisco Pinto (PDT). Natural de Feira de Santana (BA), é formado em Odontologia pela Universidade Federal da Bahia e exerceu a profissão até dedicar-se

inteiramente à política. Em 1954, foi eleito vereador em Feira de Santana, sendo reeleito em 1958. Em 1962, concorreu à prefeitura, sendo derrotado. Quatro anos depois, voltou ao mesmo pleito e saiu vitorioso. Depois do seu primeiro mandato como prefeito, foi nomeado diretor do Centro de Desenvolvimento Industrial. Elegeu-se deputado federal em 1975 e 1979. Em 1982, foi escolhido para substituir o candidato ao governo do estado, Clériston Andrade, morto durante a campanha em um acidente de helicóptero, tendo sido eleito. Após seu governo, seguiu na política local de Feira de Santana, tendo sem sucesso se candidatado ao governo pelo PDT.

Antonio Carlos Magalhães (PFL)



Nascido em Salvador em 1927, Antonio Carlos Peixoto de Magalhães é médico, jornalista e professor universitário. Iniciou a vida política em 1954, como deputado estadual, foi deputado federal por três mandatos e, em 1967, assumiu a prefeitura de

Salvador. Governou a Bahia três vezes. Em 1975, Ernesto Geisel o nomeou para a presidência da Eletrobrás e para o Conselho de Administração da Itaipu Binacional, cargo que ocupou até 1978. No governo José Sarney, foi ministro das Comunicações, de 1985 a 1990. Foi eleito senador em 1994 e presidiu a Casa de 1997 a 2001. Renunciou ao mandato em 2001 e voltou eleito em 2003. Exerce agora a presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). É autor das propostas que criaram o Fundo de Combate à Pobreza e a CPI do Judiciário. E é sua a emenda que torna impositivo o Orçamento da União. Seu 1º suplente é Antonio Carlos Júnior.

César Borges (PFL)



César Augusto Rabello Borges nasceu em Salvador, em 1948, onde se formou em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Bahia. Foi professor universitário aos 27 anos, consultor de engenharia, empresário e presidente da

Junta Comercial do estado, antes de decidir entrar para a política. Elegeu-se deputado estadual por dois mandatos, de 1982 a 1990. No governo de Antonio Carlos Magalhães, iniciado em 1990, assumiu a Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação. De 1995 a 1999, foi vice-governador, elegendo-se, em seguida, governador do estado – cargo que ocupou até as eleições de 2002, quando foi eleito para o Senado. De 2003 até 2005, foi vice-líder do PFL e elaborou parecer favorável à aprovação da proposta de emenda constitucional que instituiu o orçamento impositivo, do senador Antonio Carlos Magalhães. Djalma Bessa é seu 1º suplente.

Ceará

Inácio Arruda (PCdoB)



Inácio Arruda é natural de Fortaleza, tem 49 anos e foi eleito em 2006 para o Senado Federal, após seu terceiro mandato na Câmara dos Deputados. Marcou sua atividade política pela liderança de movimentos em prol da reforma urbana de Fortaleza, tendo sido

o primeiro presidente da Federação de Bairros e Favelas da capital cearense. Também participou da luta pela anistia ampla, geral e irrestrita nos anos da ditadura militar.

No Senado, deve pautar sua atuação pela defesa de projetos em benefício do Nordeste, como o de interligar a bacia do rio São Francisco com as bacias do Nordeste setentrional e o de construir trecho da Ferrovia Transnordestina que irá unir o Porto do Pecém (CE) ao Porto de Suape (PE). Concluiu o curso de Eletrotécnica na Escola Técnica Federal do Ceará e é funcionário público do Tribunal de Justiça do estado. Seu 1º suplente é Raimundo Noronha Filho.

Patrícia Saboya (PSB)



Patrícia Saboya Gomes foi a primeira mulher do Ceará a se eleger como titular para uma vaga do Senado Federal. Cearense de Sobral, nasceu em 1962, é formada em Pedagogia e começou na política como líder estudantil. Foi eleita vereadora de Fortaleza em 1996, e, dois

anos depois, elegeu-se deputada estadual. Apesar de não ter sido eleita prefeita de Fortaleza na disputa eleitoral de 2000, conquistou uma vaga no Senado nas eleições de 2002, com quase 2 milhões de votos. Patrícia atua ativamente na defesa dos direitos de crianças e adolescentes. É, inclusive, coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Senado e presidiu, de junho de 2003 a julho de 2004, a comissão parlamentar mista de inquérito destinada a investigar as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes. Flávio Torres é seu 1º suplente.

Tasso Jereissati (PSDB)



Administrador de empresas, Tasso Ribeiro Jereissati nasceu em Fortaleza, em 1948. Seu primeiro mandato eletivo, de 1987 a 1991, foi como governador do Ceará, tendo sido reeleito nas eleições de 1994. Disputou pela primeira vez uma vaga no Poder Legislativo nas

eleições de 2002, para o Senado, juntamente com Francisco de Assis Machado Neto, seu 1º suplente. Atualmente, é o presidente nacional do PSDB, partido que ajudou a criar na década de 80 e que presidiu em outras ocasiões. É membro titular das comissões de Assuntos Econômicos e de Infra-Estrutura e presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Foi bastante atuante na discussão e aprovação da lei de parcerias público-privadas (PPPs), defendendo a compatibilização da proposta do governo com a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Licitações.

A NOVA COMPOSIÇÃO DO SENADO

Distrito Federal

Joaquim Roriz (PMDB)



Ex-governador do Distrito Federal, Joaquim Domingos Roriz foi eleito para o Senado com 657.217 votos, ou 51,83% dos votos válidos, pela coligação Juntos por Brasília (PMDB, PSDB, PTB, PAN, PHS, PTC, PRP e PTdoB).

Nascido em Luziânia (GO), em 1936, é pecuarista e governou o Distrito Federal pela primeira vez entre 1988 e 1990, por indicação do então presidente da República, José Sarney. Em 1990, ganhou em primeiro turno a primeira eleição direta para governador do DF. Elegeu-se novamente em outubro de 1998 e foi reeleito para o cargo em 2002.

Iniciou sua carreira política como vereador em Luziânia, em 1962. Em 1978, elegeu-se deputado estadual e, em 1982, assumiu mandato na Câmara dos Deputados. Em 1986, foi eleito vice-governador de Goiás e acumulou a função com a de prefeito nomeado de Goiânia.

Seu 1º suplente é Gim Argello.

Adelmir Santana (PFL)



Adelmir Santana é morador do Distrito Federal há 42 anos. Administrador de empresas com experiência na área farmacêutica, é proprietário de uma rede de drogarias. Como dirigente classista, preside o Sistema Fecomércio no Distrito Federal e ocupa uma das

vice-presidências da Confederação Nacional do Comércio. Em 15 de janeiro, assumiu a presidência do conselho deliberativo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para o biênio 2007/2008. Na ocasião, anunciou a intenção de trabalhar pela regulamentação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, sancionada em dezembro, e pela implementação de estratégias voltadas para o desenvolvimento tecnológico dos pequenos negócios. Com 61 anos, é natural de Nova Iorque (MA). Assumiu o mandato de senador com a renúncia do titular, Paulo Octávio, vice-governador do Distrito Federal.

O suplente é Abdala Carim Nabut.

Cristovam Buarque (PDT)



Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque é engenheiro mecânico, formado pela Universidade Federal de Pernambuco, em 1966, e doutor em Economia pela Sorbonne, Paris, em 1973. Entre 1973 e 1979, trabalhou no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID),

em Washington, e desde 1979 é professor da Universidade de Brasília (UnB), da qual foi reitor de 1985 a 1989. Entre 1995 e 1998 governou o Distrito Federal e, em 2002, elegeu-se senador pelo PT. Filiou-se ao PDT em setembro de 2005. É membro do Instituto de Educação da Unesco.

Durante o mandato de governador, implementou o programa Bolsa-Escola. De 1999 a 2002, Cristovam Buarque dividiu seu tempo entre a UnB, seus escritos e a organização não-governamental Missão Criança. Foi ministro da Educação de janeiro de 2003 a janeiro de 2004. Candidatou-se a presidente da República pelo PDT em 2006.

Seu 1º suplente é Eurípedes Camargo.

Espírito Santo

Renato Casagrande (PSB)



José Renato Casagrande, 46 anos, foi eleito senador com 1.031.487 votos, o equivalente a 62,37% dos votos válidos. Filiado ao PSB desde 1987, liderou o partido na Câmara dos Deputados, onde exerceu mandato eletivo desde 2003.

Antes de ingressar no PSB, no qual atua como secretário-geral da Executiva Nacional desde 2000, pertenceu aos quadros do PMDB (1982-1987). Além de ter exercido o cargo de vice-governador do Espírito Santo entre 1995 e 1998, foi secretário estadual de Agricultura, de Meio Ambiente da prefeitura de Serra (ES) e de Obras do município de Castelo (ES), sua cidade natal. Sua trajetória política inclui militância no PCdoB quando este atuava na clandestinidade. É formado em Direito pela Faculdade de Cachoeiro do Itapemirim (ES) e em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Viçosa (MG).

Sua 1ª suplente é Ana Rita Esgario.

Gerson Camata (PMDB)



Nascido em Castelo, o capixaba Gerson Camata é economista e jornalista. Iniciou a carreira política como vereador de Vitória, em 1967, e já exerceu oito mandatos eletivos. Foi eleito deputado estadual e depois federal por duas vezes consecutivas. Em 1982,

Gerson Camata foi eleito governador do estado. Deixou o governo para assumir, em 1987, o cargo de senador, pelo qual participou da Assembléia Nacional Constituinte. Em 1994, reeleger-se para o Senado. Participou das CPIs do Judiciário e do Futebol.

É autor de proposta, originária do Fórum de Secretários Estaduais de Saneamento Básico, que institui marco regulatório para o setor. O projeto, que aperfeiçoa o modelo institucional de prestação do serviço no país, foi sancionado em janeiro pelo Executivo.

Seu 1º suplente é Marcos Guerra.

Magno Malta (PL)



Baiano de Itapetinga, o pastor evangélico Magno Pereira Malta é formado em Teologia. Começou a carreira política em 1993, como vereador em Cachoeiro do Itapemirim (ES). Em 1994, elegeu-se deputado estadual e, em 1998, federal.

Na Câmara, presidiu a comissão parlamentar de inquérito que investigou o narcotráfico e integrou a CPI das Obras Inacabadas e a Comissão Mista de Segurança Pública.

No ano passado, apresentou dois projetos visando proteger os parlamentares autores de emendas orçamentárias de possíveis fraudes na aplicação dos recursos delas originados. Um deles estabelece que governadores e prefeitos deverão assinar termo de compromisso no momento da solicitação de verbas de emendas. O outro prevê que os bancos oficiais comuniquem ao Congresso, em 24 horas, liberações de recursos provenientes de emendas parlamentares.

Seu 1º suplente é Francisco Pereira.

Goiás

Marconi Perillo (PSDB)



Marconi Ferreira Perillo Júnior foi eleito senador com 75,82% dos votos válidos, num total de 2.035.564. Duas vezes governador de Goiás pelo PSDB (1999-2003 e 2003-2006), iniciou sua carreira política no movimento jovem do PMDB, partido pelo qual se elegeu

deputado estadual em 1991. Quatro anos mais tarde, ocupou a cadeira de deputado federal, dessa vez pelo PP.

Natural de Palmeiras de Goiás, casado e pai de duas filhas, atraiu a atenção da opinião pública em 1998 ao se eleger governador com apenas 35 anos, tornando-se o mais jovem chefe de Executivo estadual.

Promete atuar como defensor de uma política mais agressiva na área de educação, saúde, segurança e infra-estrutura, a começar por maiores investimentos em ferrovias, rodovias e aeroportos. Seu 1º suplente é Ciro Miranda.

Demostenes Torres (PFL)



Goiano de Anicuns, Demostenes Lázaro Xavier Torres nasceu em 1961. Logo após formar-se em Direito, passou em concurso para promotor do Ministério Público do Estado de Goiás. Especializado em Direito Penal e Direito Processual Penal, foi por duas vezes

procurador-geral de Justiça do estado e também presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do Brasil. Em 1999, assumiu a Secretaria de Segurança Pública de Goiás. Eleito senador em 2002, prioriza em seu trabalho parlamentar propostas que contribuam para diminuir a violência. Tramita no Congresso Nacional um pacote de projetos do senador com o objetivo de endurecer o sistema penal brasileiro – ele considera imprescindível eliminar a condescendência legal com o crime. Foi relator de diversas matérias na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Sua 1ª suplente é Sandra Melon de Paula.

Lúcia Vânia (PSDB)



Jornalista, professora e cientista política, Lúcia Vânia Abrão Costa nasceu em Cumari (GO). Entrou na vida pública em 1986, como deputada federal constituinte – a primeira mulher goiana a ocupar o posto. Foi secretária de Assistência Social do Ministério da Previdência

Social no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Nesse cargo, implantou a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e o programa Bolsa Criança Cidadã, que deu origem ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). No Senado, cobra do governo federal, com frequência, a continuidade do Peti. Uma das suas prioridades em 2007 será levar adiante a proposta de recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), já aprovada na Câmara dos Deputados. “Tenho prontas contribuições importantes para apresentar tão logo as discussões se iniciem”, salienta. Tem como 1º suplente Antonio Faleiros.

A NOVA COMPOSIÇÃO DO SENADO

Maranhão

Epitácio Cafeteira (PTB)



Com mais de 40 anos de vida pública, Epitácio Cafeteira Afonso Pereira volta ao Senado para representar o estado do Maranhão pelos próximos oito anos. Cafeteira disputou as eleições pela Coligação Maranhão – A Força do Povo, que abrangia, além do PTB, PP, PMDB,

PTN, PSC, PL, PFL, PRTB, PHS, PV e PRP. Seus suplentes são Afonso Sérgio Fernandes Ribeiro e José de Ribamar Fiquene. A vida pública de Cafeteira teve início em 1965, quando assumiu a prefeitura de São Luís, até 1969. Depois disso foi deputado federal por sucessivas legislaturas até 1986, quando tornou-se governador do Maranhão, cargo exercido até 1990. Em seguida foi eleito senador para o mandato de 1991 a 1999. Ao se despedir do Senado, ao final da 50ª Legislatura, Cafeteira fez uma homenagem aos servidores públicos, frisando ser a defesa dessa categoria uma de suas principais bandeiras de homem público. Para ele, não há Estado sem funcionários.

Edison Lobão (PFL)



Maranhense de Mirador, Edison Lobão nasceu em 1936. Jornalista e advogado, ingressou na política em 1978, quando foi eleito para a Câmara dos Deputados. Em 1987, assumiu pela primeira vez uma vaga no Senado. Um dos projetos mais importantes de sua autoria

foi o que propôs a chamada “quarentena” para ex-ocupantes de cargos de direção no Banco Central. Em 1990, elegeu-se governador do Maranhão, e em 1994, novamente senador. Em seu segundo mandato, ocupou a Vice-Presidência da Casa de 2001 a 2003, tendo exercido a Presidência após a renúncia do titular, Jader Barbalho, e até a eleição de seu sucessor, Ramez Tebet, em setembro de 2001. Em 2002 foi eleito para o terceiro mandato no Senado, em que exerceu a presidência de várias comissões, entre elas a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Vice-presidente do PFL, o senador tem como suplentes Edison Lobão Filho e Remi Ribeiro.

Roseana Sarney (PMDB)



Roseana Sarney nasceu em São Luís, em 1953, e é formada em Ciências Sociais. Filha do ex-presidente José Sarney, também senador, foi secretária do pai quando ele ocupou a Presidência da República, de 1985 a 1990. Entrou para a política em 1990, quando foi eleita

deputada federal. Em 1994, Roseana tornou-se a primeira governadora do país. No início do mandato, tomou a iniciativa de reunir governadores de vários partidos, em março de 1995, para formular uma agenda mínima a ser negociada com o governo federal. Em 1998, apesar de praticamente não ter feito campanha devido a problemas de saúde, foi reeleita no primeiro turno, com mais de 66% dos votos. Durante o segundo mandato, seu nome foi cogitado para disputar a Presidência da República. Optou pelo Senado e se elegeu para o período 2003-2011. Em 2006, disputou o governo do Maranhão pelo PFL. Hoje está filiada ao PMDB. Seus suplentes são Mauro Fecury e Ildon Marques.

Mato Grosso

Jayme Campos (PFL)



Produtor agropecuário e governador de Mato Grosso entre 1991 e 1994, Jayme Veríssimo Campos nasceu em Várzea Grande (MT), em 1951, e iniciou sua carreira política pelo PDS, transferindo-se posteriormente para o PFL, ao qual permanece filiado.

Em 1972, coordenou a campanha do irmão Júlio Campos à prefeitura de Várzea Grande, exercendo o mesmo papel em 1978, durante a eleição do irmão à Câmara dos Deputados. Em 1982, tornou-se prefeito de Várzea Grande. Voltou ao cargo em 1996 e foi reeleito em 2000. Em 2004, assumiu a presidência do PFL em Mato Grosso. Foi eleito senador em 2006 para oito anos de mandato.

Defende investimentos em infra-estrutura como forma de aprimorar as condições de escoamento da produção agrícola. Casado e pai de quatro filhos, tem como suplentes Luiz Antônio Pagot e Osvaldo Roberto Sobrinho.

Jonas Pinheiro (PFL)



Mato-grossense de Santo Antônio do Leverger, Jonas Pinheiro da Silva nasceu em 1941 e é técnico agrícola e médico veterinário. Casado, pai de dois filhos, foi deputado federal constituinte em 1986, tendo sido reeleito em 1990.

Sua atuação parlamentar está voltada para as questões ligadas à agricultura e à defesa dos direitos dos trabalhadores do campo. Na Assembléia Nacional Constituinte, integrou a Subcomissão de Reforma Agrária e Política Agrícola e as comissões de Ordem Econômica e a de Sistematização. Ainda na Câmara, presidiu a CPI que investigou o endividamento do setor agrícola. Eleito para o Senado em 1994, foi presidente da comissão mista que analisou as alterações propostas pela medida provisória que modificou o Código Florestal.

Em 2002 foi reeleito para o atual mandato. Seu 1º suplente é Gilberto Goellner.

Serys Slhessarenko (PT)



Gaúcha de Cruz Alta, Serys Marly Slhessarenko é advogada e professora universitária aposentada. Foi fundadora da Universidade Federal de Mato Grosso, estado onde reside desde 1966. Separada, mãe de quatro filhos, iniciou sua vida política em Cuiabá, como

secretária municipal de Educação em 1985. Dois anos depois, assumiu a Secretaria de Educação no governo estadual. Eleita deputada estadual por três mandatos, entre 1991 e 2003, ocupou no último período o cargo de líder do PT na Assembléia Legislativa.

Chegou ao Senado em 2003, onde participou de comissões parlamentares de inquérito como a do Banestado e a que investigou a exploração sexual infantil. É presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e da Frente Parlamentar Mista de Desenvolvimento Sustentável. Wanderley Pignatti e Orecy Francisco são seus suplentes.

Mato Grosso do Sul

Marisa Serrano (PSDB)



Marisa Joaquina Monteiro Serrano, primeira senadora eleita por Mato Grosso do Sul, iniciou sua carreira política em 1977, quando foi eleita vereadora aos 30 anos de idade. Nascida em Bela Vista (MS) em 1947, é formada em Letras e Pedagogia. De 1980 a

1982 foi secretária de Educação de Mato Grosso. Em 1994 foi eleita deputada federal, cargo para o qual foi reeleita em 1998. Na Câmara presidiu comissão especial sobre autonomia das universidades. Em 2004, foi eleita vice-prefeita de Campo Grande, cargo que vinha exercendo desde 2005.

Também ocupou entre 2000 e 2002 a presidência do Parlamento Cultural do Mercosul (Parcum), quando instituiu o curso de mestrado em Gestão de Política Cultural na Universidade de Palermo, em Buenos Aires, voltado a estudantes dos países integrantes do Mercosul. Tem como suplentes Antonio Russo Netto e Ruben Figueiró de Oliveira.

Delcídio Amaral (PT)



O engenheiro eletricista Delcídio Amaral Gómez nasceu em Corumbá (MS) em 1955. Casado, pai de duas filhas, trabalhou na construção de várias usinas hidrelétricas, como a de Paulo Afonso (Bahia), e a de Tucuruí (Pará). Após quatro anos na diretoria da

Eletrosul, exerceu em 1994 a secretaria-executiva do Ministério de Minas e Energia para depois assumir como ministro até o início de 1995. Foi diretor de Gás e Petróleo da Petrobras durante a crise de energia de 2000-2001. Deixou a Petrobras para ser secretário de Infra-Estrutura e Habitação no governo de Zeca do PT (MS). Na ocasião, filiou-se ao PT e venceu em 2002 a eleição para o Senado. Com atuação voltada para a área de energia e infra-estrutura, obteve destaque nos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista dos Correios, que investigou o escândalo do mensalão e de caixa dois nas eleições. Seus suplentes são Antonio João e Ordalino Cunha.

Válter Pereira (PMDB)



O advogado Válter Pereira de Oliveira assumiu uma cadeira no Senado em 18 de novembro de 2006, após o falecimento do senador Ramez Tebet. Nascido em Campo Grande em 1943, começou sua carreira parlamentar como vereador na sua cidade natal, onde exerceu mandato de 1973 a 1975.

Em seguida, foi deputado estadual por dois mandatos. Também elegeu-se deputado federal durante três legislaturas, a última encerrando-se em 1995.

Na Câmara dos Deputados, marcou sua atuação na defesa dos trabalhadores na agricultura. Também ocupou a pasta da Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul e presidiu a empresa energética do estado durante o período de privatização do órgão. Casado, pai de dois filhos, é secretário-geral do PMDB de Mato Grosso do Sul. Tem como suplente Eduardo Otávio Teixeira Marcondes.

A NOVA COMPOSIÇÃO DO SENADO

Minas Gerais

Eliseu Resende (PFL)



Com extensa participação em cargos do Poder Executivo, onde ocupou o Ministério dos Transportes, de 1979 a 1982, no período do regime militar, e da Fazenda, em 1993, no governo Itamar Franco, Eliseu Resende, 77 anos, também acumulou grande experiência no Poder

Legislativo, tendo atuado como deputado federal por três mandatos (1995-2007) consecutivos.

O novo senador figurou como um dos cem parlamentares mais influentes do Legislativo nas edições de 1995 a 2004 da série *Os Cabeças do Congresso Nacional*, publicada pelo Departamento Intersindical de Análise Parlamentar (Diap). Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), também atuou como professor catedrático da Escola de Engenharia. Fez mestrado em Matemática e doutorado em Estatística pela Universidade de Nova York. Casado, é natural de Oliveira (MG). Seu 1º suplente é Clésio de Andrade, que foi vice-governador de Minas.

Eduardo Azeredo (PSDB)



Ex-governador de Minas Gerais e ex-prefeito de Belo Horizonte, Eduardo Azeredo, 48 anos, nasceu na capital. Diplomado em Engenharia Mecânica, especializou-se em análise de sistemas. O senador sempre conviveu com a política. Seu pai, Renato Azeredo, foi um dos

políticos mais tradicionais do estado e sua casa era ponto de encontro de líderes mineiros, como Juscelino Kubitschek, Israel Pinheiro e Tancredo Neves. Iniciou sua atuação política ainda estudante, quando foi secretário do diretório do curso de Engenharia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Ajudou a fundar no estado o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ao qual permanece filiado.

Como governador, implementou projetos de educação e cultura que lhe valeram um prêmio da Unesco. Também teve atuação destacada em outras áreas, como as de saúde, saneamento, ecologia e eletrificação. O 1º suplente é Luiz Guaritá.

Wellington Salgado (PMDB)



Natural da cidade do Rio de Janeiro, Wellington Salgado de Oliveira tem graduação em Pedagogia e especialização em Administração de Sistemas Educacionais, e é doutor em Educação a Distância.

Foi professor de Educação Física no Colégio de

Aplicação Dom Hélder Câmara e presidente da Associação Comercial de São Gonçalo, no Rio de Janeiro.

Empresário na área de educação superior, dirigiu a Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura (Asoec), mantenedora da Universidade Salgado de Oliveira (Universo) e do Centro Universitário do Triângulo (Unitri).

Deixou a presidência da associação para assumir o mandato, em julho de 2005, como suplente de Hélio Costa (PMDB), que se licenciou para ocupar o Ministério das Comunicações. Primeiro vice-líder do PMDB a partir de março de 2006, também exerce a 1ª vice-liderança do bloco da Maioria.

Pará

Mário Couto (PSDB)



O engenheiro Mário Couto, 60 anos, chega ao Senado Federal após cumprir quatro mandatos como deputado estadual e ter exercido a presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Pará.

Orgulhoso de ter nascido na ilha de Marajó, é filho

de um casal de comerciantes da vila de Salvaterra, município de Soure (PA), o maior da ilha. Começou sua carreira política depois de ter ocupado a chefia do antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

Durante a campanha para o Senado prometeu defender a conclusão da eclusa da Hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins. A eclusa permitirá que a navegação pelo rio reduza substancialmente o custo de exportação dos cereais produzidos no sudeste do Pará e no estado do Tocantins. Ele também defende o asfaltamento da Transamazônica.

Demetrius Fernandes Ribeiro é seu 1º suplente.

Flexa Ribeiro (PSDB)



Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Pará, Flexa Ribeiro iniciou seu mandato no Senado Federal em janeiro de 2005, na vaga deixada por Duciomar Costa, que se elegeu prefeito de Belém no pleito de 2004.

O parlamentar nasceu na

capital paraense, em 1945, e atuou por muitos anos como empresário do setor da construção civil, tendo presidido o Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Pará (Sinduscon/PA) e a Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa).

Fundou e coordenou o movimento Ação Pró-Amazônia, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), entidade da qual também é dirigente. Essa atuação tornou-o conhecedor das questões relacionadas à indústria, ao emprego, à produção e à preservação da região amazônica – experiência que trouxe para o Senado. Seu suplente é Everaldo Siqueira Moreira.

José Nery (PSOL)



Sindicalista e professor ligado ao ensino popular, José Nery Azevedo, 47 anos, tomou posse como senador pelo Pará em janeiro deste ano, em virtude da renúncia de Ana Júlia Carepa (PT), que assumiu o governo do estado. Nascido no Ceará, radicou-se no Pará há 22 anos.

Foi eleito por três vezes vereador do município de Abaetetuba, situado nas proximidades da capital, Belém. Em 2005, ajudou a fundar o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Ex-seminarista e ex-militante das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), atualmente cursa graduação em Geografia na Universidade Federal do Pará (UFPA). O senador atuou também junto à Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), organização não-governamental que prestava assessoria junto a trabalhadores rurais e da construção civil. Tem como suplente Michel Dib Tachy.

Paraíba

Cícero Lucena (PSDB)



Ex-prefeito da cidade de João Pessoa, cargo para o qual foi eleito em 1996 e 2000, Cícero Lucena, 49 anos, primo do ex-presidente do Senado Humberto Lucena, já falecido, iniciou sua carreira política aos 33 anos, filiando-se ao PMDB.

Seu primeiro mandato

eletivo, conquistado no pleito de 1989, foi de vice-governador da Paraíba, na chapa de Ronaldo Cunha Lima. Passou a exercer o cargo de governador com o afastamento de Cunha Lima para concorrer às eleições ao Senado, em 1994.

Ele rompeu politicamente com o ex-governador e atual senador José Maranhão (PMDB) em 2001, filiando-se, em seguida, ao PSDB. Exerceu os cargos de ministro no governo Fernando Henrique Cardoso e de secretário de Planejamento do estado da Paraíba. Casado, nasceu em São José de Piranhas (PB).

Seu 1º suplente é Carlos Marques Dunga.

Efraim Moraes (PFL)



Engenheiro civil e professor de Matemática, Efraim Moraes nasceu em Santa Luzia (PB), em 1952.

Exerceu dois mandatos de deputado estadual e três de deputado federal. Foi vice-líder do governo de 1983 e 1985, e líder do PFL de 1992 a 1993 e de 1995 a 1997.

Também ocupou a presidência do partido e a Primeira Vice-Presidência da Câmara, tendo assumido a Presidência daquela Casa quando o deputado Aécio Neves deixou o cargo para assumir o governo de Minas Gerais.

Faz parte da Mesa do Senado Federal como 1º secretário e é 1º vice-presidente da Comissão Mista de Orçamento. Foi presidente da CPI que apurou a utilização das casas de bingo na lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. Participou de abril de 2003 a maio de 2004 como membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Tem como 1º suplente Fernando Catão.

José Maranhão (PMDB)



Nascido em Araruna, na Paraíba, em 1936, José Maranhão é advogado e empresário. Começou a carreira política em 1954, elegendando-se deputado estadual, cargo para o qual foi reconduzido por três legislaturas.

Nos anos 60, exerceu a

função de secretário de Agricultura do estado da Paraíba. Em 1969, teve cassados pelo regime militar seu mandato na Assembléia Legislativa e seus direitos políticos por mais de dez anos. Chegou à Câmara dos Deputados em 1982, onde ficou até 1990. Em sua atuação na Assembléia Nacional Constituinte, instalada em 1987, foi 2º vice-presidente da Comissão de Organização do Estado, titular da Subcomissão dos Municípios e Regiões e suplente da Comissão de Sistematização.

Antes de assumir a cadeira de senador, foi por duas vezes governador do estado – 1995 a 2002. Seu 1º suplente é Roberto Cavalcanti.

A NOVA COMPOSIÇÃO DO SENADO

Paraná

Alvaro Dias (PSDB)



Alvaro Fernandes Dias, 62 anos, foi reeleito com 2.572.481 votos (50,51% dos votos válidos de seu estado). Natural de Quatá (SP), iniciou sua carreira política como vereador, em Londrina (PR). Foi deputado estadual, deputado federal por dois mandatos e senador, antes

de eleger-se governador do Paraná, entre 1987 e 1991. Em 1999, assumiu novamente uma cadeira no Senado, onde ocupou, na última legislatura, o cargo de líder da Minoria.

Vice-presidente nacional do PSDB, apresentou, entre outras proposições, o projeto que estende aos presos já condenados o benefício da delação premiada e a PEC que retira do texto constitucional a obrigatoriedade do voto, possibilitando que a lei disponha sobre o voto facultativo. Alvaro Dias atuou em comissões parlamentares de inquérito, como a dos Bingos, dos Correios, da Terra e do Futebol – essas últimas presididas por ele. Seu 1º suplente é Wilson de Matos Silva.

Flávio Arns (PT)



Flávio José Arns é formado em Direito e em Letras, com mestrado e doutorado em Lingüística. Antes de entrar para a política, foi professor de Letras e diretor do Departamento de Educação Especial da Secretaria de Educação do Paraná. Presidiu a Federação

Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), a Federação das Apaes do Paraná e a Associação Brasileira de Desportos de Deficientes Mentais.

Em 1989, foi eleito pela primeira vez deputado federal, sendo reeleito para mais dois mandatos. Na Câmara, foi membro das comissões de Educação e de Direitos Humanos.

Filiou-se ao PSDB em 1990 e permaneceu no partido até 2001, quando foi convidado a ingressar no PT. Eleito com mais de 2 milhões de votos em outubro de 2002, foi o segundo senador mais votado naquelas eleições. Tem Imar Pereira como 1º suplente.

Osmar Dias (PDT)



Engenheiro agrônomo e produtor rural, Osmar Fernandes Dias nasceu em Quatá (SP), em 1952. Foi diretor e professor da Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, em Bandeirantes (PR). Ocupou a presidência da Companhia Agropecuária de

Fomento Econômico e foi secretário da Agricultura do Paraná.

Em 1994, foi eleito pelo PP para o Senado, onde presidiu a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) de 1999 a 2000, e foi vice-líder do PSDB de 1997 a 2000. Filiou-se ao PDT em setembro de 2001. Reelegeu-se em 2002 com 2.776.250 votos e presidiu a Comissão de Educação (CE).

Entre as proposições de sua autoria, está o projeto de uma nova lei sobre as sociedades cooperativas. O parlamentar é presidente do PDT do Paraná, e foi líder do partido no Senado. Seu 1º suplente, José Carlos Gomes Carvalho, faleceu em 2003. O 2º suplente é Jorge Luiz Bernardi.

Pernambuco

Jarbas Vasconcelos (PMDB)



Aos 64 anos, Jarbas de Andrade Vasconcelos assume uma vaga no Senado após dois mandatos consecutivos como governador de seu estado. Em 2006, recebeu o voto de 2.031.261 eleitores (56,14% dos votos válidos). Natural de Vicência (PE), formou-se bacharel em

Direito. Foi um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no período da ditadura militar no Brasil e conquistou seu primeiro cargo eletivo pela legenda (deputado estadual) em 1970. Foi eleito deputado federal em 1974 e 1982, votando, em 1984, a favor da emenda Dante de Oliveira, que defendia eleições diretas para presidente da República.

Chegou à prefeitura do Recife nas eleições de 1985 e 1992. Antes de assumir a presidência nacional do PMDB, em 1989, já havia exercido diversos cargos de direção no partido. Tem como 1º suplente Roberto João Pereira Freire.

Marco Maciel (PFL)



Marco Antônio de Oliveira Maciel nasceu no Recife, em 1940. É advogado e professor universitário. Presidiu a União dos Estudantes de Pernambuco e foi secretário-assistente do governo do estado em 1964. Em 1967, elegeu-se deputado estadual. Foi duas vezes deputado

federal pela Arena, tendo presidido a Câmara dos Deputados de 1977 a 1979. Governou Pernambuco de 1979 a 1983. Elegeu-se senador em 1982, 1990 e 2002. Durante esses mandatos, foi líder do governo, líder do PFL e presidente nacional do partido. No atual mandato, seu 1º suplente é o ex-ministro da Fazenda Gustavo Krause.

Renunciou ao mandato de 1995 a 1998, por haver sido eleito vice-presidente da República do governo Fernando Henrique Cardoso – cargo para o qual foi reeleito até 2002. Foi ainda ministro da Educação e Cultura e ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República no governo José Sarney.

Sérgio Guerra (PSDB)



Severino Sérgio Estelita Guerra é economista, professor universitário e pecuarista. Seu primeiro cargo eletivo foi de deputado estadual em 1983, pelo PMDB, tendo sido reeleito para um segundo mandato pelo PDT, de 1987 a 1991. Em seu estado, ocupou as

secretarias de Indústria e Comércio (1988-1989), de Ciência e Tecnologia (1989), de Turismo (1997-1998) e de Desenvolvimento Urbano e Projetos Especiais (2002). Foi ainda representante do governo de Pernambuco junto à Comissão Internacional do Açúcar. Eleito deputado federal pela primeira vez para o período de 1991-1995, pelo PSB, participou do Congresso Revisor da Constituição. Foi reeleito duas vezes. Em 2003, assumiu uma cadeira no Senado como 2º vice-presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO) e presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Roberto Chaves é seu 1º suplente.

Piauí

João Vicente Claudino (PTB)



Candidato ao Senado pela coligação PT-PTB, o empresário das áreas de indústria e comércio João Vicente Claudino, 43 anos, foi eleito no ano passado – a primeira vez que concorreu a um cargo eletivo – com 926.631 votos, que representam 65,44% dos

votos válidos. O senador já ocupou, no entanto, uma função pública: a de secretário estadual de Indústria, Comércio e Tecnologia, de 1995 a 1998, durante o governo de Mão Santa (PMDB) no Piauí. Casado e pai de cinco filhos, apontou como uma de suas bandeiras de luta no Senado uma reforma política que fortaleça os partidos políticos e seus compromissos com o povo. Ele declarou que pretende inserir o Piauí nas políticas de desenvolvimento regional e nacional, aproveitando as potencialidades do estado.

O seu 1º suplente, João Hilton Fernandes, ex-fiscal de tributos, é empresário.

Heráclito Fortes (PFL)



Heráclito de Sousa Fortes nasceu em Teresina, em 1950, e foi funcionário público até os 29 anos, quando iniciou sua atividade política. Eleito como suplente pela primeira vez em 1978, foi cinco vezes deputado federal e, de 1989 a 1992, foi prefeito de sua cidade natal.

Foi 3º secretário da Câmara dos Deputados e vice-presidente por duas legislaturas, tendo tido a oportunidade de ocupar a Presidência da Câmara em várias oportunidades. Também nesta Casa, presidiu a Comissão Especial da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Senador mais votado do Piauí em 2002, com 27% dos votos válidos, o parlamentar assumiu o cargo de 3º secretário da Mesa diretora para o período 2003-2005. Foi eleito, em 2005, presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), para um mandato de dois anos.

Seu 1º suplente é Jesus Elias.

Mão Santa (PMDB)



Francisco de Assis de Moraes e Souza nasceu em Parnaíba (PI) em 1942. É formado pela Universidade Federal do Ceará em Medicina, profissão com a qual ganhou o apelido de Mão Santa, por sua atuação como cirurgião em hospitais públicos. Iniciou sua vida política pelo

MDB. Entretanto, foi pela Arena que conquistou seu primeiro mandato, ao ser eleito deputado estadual em 1978. Extinto o bipartidarismo, ingressou no PDS e foi eleito 1º suplente de deputado federal em 1986. Renunciou a essa condição para assumir a prefeitura de Parnaíba, em 1988.

Eleito governador do estado em 1994, foi reeleito em 1998. O Tribunal Superior Eleitoral cassou seu mandato em novembro de 2001, dando lugar a Hugo Napoleão. Foi eleito senador em 2002, tendo como 1ª suplente a professora Adalgisa Moraes Sousa. Em 2006, foi candidato ao governo do Piauí.

A NOVA COMPOSIÇÃO DO SENADO

Rio de Janeiro

Francisco Dornelles (PP)



Ex-ministro dos governos José Sarney e Fernando Henrique Cardoso, Francisco Dornelles, 71 anos, chega ao Senado para representar o Rio de Janeiro com 3.373.731 votos, o correspondente a 45,86% dos votos válidos. Deputado federal desde 1987, seu currículo ministerial

inclui as pastas da Fazenda (1985), Indústria, Comércio e Turismo (1996-1998) e do Trabalho e Emprego (1999-2002). Já foi filiado ao extinto PDS, além do PFL, PPB e PPR.

Natural de Belo Horizonte, Dornelles é neto do militar Ernesto Francisco Dornelles – tio de Getúlio Vargas – e sobrinho do ex-presidente Tancredo Neves. Em 1954, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde também obteve, em 1969, os títulos de mestre e doutor em Direito Financeiro.

Foram eleitos como suplentes Péricles Ferreira Olivier de Paula e José Calp Filho (PTB).

Marcelo Crivella (PRB)



Marcelo Bezerra Crivella nasceu em 9 de outubro de 1957 na cidade do Rio de Janeiro e é formado em Engenharia. Bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, é também compositor, cantor e escritor, além de já ter atuado como missionário na África e de dirigir um

trabalho social no sertão nordestino. É autor de vários livros e CDs, com direitos autorais revertidos para seu projeto social. Em 2002 foi eleito para o Senado pelo PL com 3,5 milhões de votos. Apóia o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

No Congresso, tem pautado sua atuação na defesa dos interesses do estado do Rio de Janeiro e em projetos que tratem da redistribuição da renda nacional. Entre suas propostas está a que determina que os medicamentos genéricos sejam comercializados a granel ou em embalagens que correspondam à quantidade indicada na receita médica.

Eraldo Bezerra e Natal Rodrigues são os suplentes.

Paulo Duque (PMDB)



Aos 79 anos, Paulo Duque chegou ao Senado com a experiência de oito mandatos de deputado estadual (de 1962 a 1998) e da atuação política no diretório municipal do PMDB do Rio de Janeiro, cidade onde nasceu.

Em seu primeiro mandato na Assembléia Legislativa, Paulo Duque formulou um diagnóstico institucional do ex-estado da Guanabara ao atuar como relator da CPI que investigou denúncias de matança de mendigos durante o governo Carlos Lacerda. Em 1966, foi um dos primeiros propositores da fusão – efetivada em 1975 – dos estados da Guanabara (que, na época, era formado apenas pelo município do Rio de Janeiro) com o estado do Rio de Janeiro, cuja capital era Niterói.

Segundo suplente na chapa de Sérgio Cabral, Duque assumiu a vaga em janeiro de 2007 porque o 1º suplente, Regis Fichtner, foi nomeado chefe do Gabinete Civil do governo do Rio de Janeiro.

Rio Grande do Norte

Rosalba Ciarlini (PFL)



Casada e mãe de quatro filhos, a pediatra Rosalba Ciarlini Rosado, nascida em Mossoró (RN) em 1952, dedicou-se por muitos anos exclusivamente à medicina, tanto no trato de seus pacientes quanto na direção do maior hospital público de sua cidade natal. Convidada

para entrar na política, foi eleita prefeita de Mossoró e, quatro anos mais tarde, reconduzida ao posto, após ter direcionado sua administração para melhorar o atendimento médico da cidade.

Derrotou na disputa para o Senado, com 43,42% do votos válidos, dois veteranos políticos do estado: Fernando Bezerra (PTB), que tentava a reeleição, e Geraldo Melo (PSDB). Ela foi eleita com o apoio do candidato ao governo do Rio Grande do Norte pelo PMDB, o senador Garibaldi Alves Filho.

Seus suplentes são Garibaldi Alves, pai do atual senador, e Ivonete Dantas Silva.

Garibaldi Alves Filho (PMDB)



O jornalista Garibaldi Alves Filho nasceu na cidade de Natal em 4 de fevereiro de 1947. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), foi eleito deputado estadual em 1970 e reeleito em 1974, 1978 e 1982.

De família de tradicionais políticos potiguares, em 1985 foi o primeiro prefeito de Natal eleito por via direta, após o regime militar. Até então, os prefeitos das capitais eram indicados. Em 1990, elegeu-se senador. Exerceu por duas vezes o cargo de governador do Rio Grande do Norte, em 1994 e 1998 e, em 2002, foi eleito novamente senador.

Atuou como relator da CPI dos Bingos e tem feito pronunciamentos favoráveis à transposição do rio São Francisco e demonstrado preocupação com a carência de recursos financeiros dos municípios brasileiros. Seus suplentes são João Faustino Neto e Carlos Alberto Torres.

José Agripino (PFL)



O potiguar José Agripino Maia nasceu em Mossoró, em 23 de maio de 1945. Engenheiro civil, tem uma carreira política que começou em 1979, como prefeito de Natal. Em 1982, foi eleito governador do Rio Grande do Norte e, em 1986, conquistou seu primeiro mandato no

Senado, quando participou da Assembléia Nacional Constituinte. Foi eleito novamente governador em 1990 e quatro anos mais tarde voltou a conquistar uma cadeira no Senado, tendo presidido a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa no biênio 1999-2000. Reeleito em 2002, está em seu terceiro mandato como senador e exerce atualmente a liderança do PFL.

Entre suas propostas está a que estabelece que o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) financie estágio remunerado em empresas e universidades. Seus suplentes são José Bezerra Júnior e Edivan Lopes (PTB).

Rio Grande do Sul

Pedro Simon (PMDB)



O advogado e professor universitário Pedro Jorge Simon, nascido em 31 de janeiro de 1930, foi eleito pela quarta vez para representar o Rio Grande do Sul no Senado. É casado e tem três filhos. Foi coordenador nacional do movimento Diretas

Já no PMDB. Foi vereador entre 1960 e 1962, deputado estadual entre os anos de 1962 e 1978 e governador do Rio Grande do Sul entre 1987 a 1990. Foi ministro da Agricultura de 1985 a 1986. Já no Senado, foi líder do governo Itamar Franco. O parlamentar tem como principais bandeiras a defesa da ética, com intenso combate à corrupção, e a agilização do Judiciário.

Na última legislatura, participou da comissão mista especial destinada a estudar as causas estruturais e conjunturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza. Seus suplentes são Hermes Zanetti e Eliana Cunha.

Paulo Paim (PT)



Paulo Renato Paim, 56 anos, é gaúcho de Caxias do Sul e tem cinco filhos. Ele começou a trabalhar ainda criança, aos oito anos de idade. Líder sindical, foi presidente da Central Estadual de Trabalhadores do Rio Grande do Sul e do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas.

Em 1986, Paim foi eleito deputado constituinte. Na Câmara, chegou a ocupar o cargo de 3º secretário da Mesa e, após cumprir quatro mandatos como deputado federal, com atuação marcada pela defesa do salário mínimo, elegeu-se senador em 2002. Paulo Paim foi 1º vice-presidente na legislatura anterior. O senador, que propôs diversas medidas de cunho social, é autor do Estatuto da Igualdade Racial e do Estatuto do Portador de Deficiência. As duas propostas já foram aprovadas no Senado e aguardam tramitação na Câmara dos Deputados. Os suplentes de Paulo Paim são Roberto Macagnan e José Mota Filho.

Sérgio Zambiasi (PTB)



O radialista e jornalista Sérgio Pedro Zambiasi nasceu em Encantado, no Rio Grande do Sul, em 9 de setembro de 1949. Foi eleito, em 1986, deputado estadual, cargo que ocupou por mais três mandatos. Sérgio Zambiasi foi presidente da Assembléia Legislativa gaúcha e, em

1991, assumiu a presidência do diretório regional do Partido Trabalhista Brasileiro.

No Senado, o parlamentar – de origem humilde e filho de um militante trabalhista – apresenta principalmente projetos na área social, como o que determina compensação financeira aos taxistas em face da diferença da tributação federal do diesel e da gasolina e o que torna obrigatória a identificação em braille dos números das teclas nos telefones. Senador mais votado do Rio Grande do Sul, com 2,9 milhões de votos, Sérgio Zambiasi é presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Seus suplentes são Cláudio Manfroi e Edir Domeneghini.

A NOVA COMPOSIÇÃO DO SENADO

Rondônia

Expedito Júnior (PR)



O mandato de Expedito Gonçalves Ferreira Júnior como senador não será sua primeira experiência parlamentar em Brasília. Ele atuou no Congresso Nacional como deputado federal em três ocasiões.

Nascido em 10 de junho de 1963 na cidade de Guararapes (SP), iniciou sua trajetória política em Rondônia, aos 21 anos, quando se elegeu vereador no município de Rolim de Moura. Em 1986, tornou-se um dos mais jovens deputados federais do país. Em seus primeiros quatro anos na Câmara, participou da elaboração da Constituição federal. Em 1994, foi novamente eleito deputado e, de 1998 a 2003, exerceu seu terceiro mandato na Câmara federal. Em sua atuação no Executivo estadual, Expedito Júnior foi responsável pela Secretaria Especial de Ação Comunitária. Entre outros cargos junto ao governo do estado, foi secretário de Trabalho e de Promoção Social. Seu 1º suplente é Elcide Alberto Lanzarin.

Fátima Cleide (PT)



Representante de Rondônia desde 2003, com mandato até 2011, Fátima Cleide Rodrigues da Silva foi a primeira mulher eleita por seu estado para o Senado Federal. Nascida em Porto Velho em 2 de janeiro de 1963, tem três filhos e dois netos. Formada em Letras,

é professora do ensino público federal. Antes de assumir o mandato parlamentar, exerceu a coordenação de educação ambiental na Secretaria de Educação do estado e participou ativamente do Fórum Popular de Mulheres do PT. Foi por duas vezes presidente do diretório regional do PT em Rondônia. No Senado, Fátima Cleide é titular das comissões de Educação; de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Também atuou como titular na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual. Jairo Augusto é o 1º suplente da senadora.

Valdir Raupp (PMDB)



Relator do Orçamento da União para 2007, Valdir Raupp de Matos assumiu o mandato de senador em 2003. Além da Comissão Mista de Orçamento, atualmente é titular das comissões de Infra-Estrutura; Assuntos Econômicos; Assuntos Sociais; e Meio

Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Sua atuação parlamentar também inclui participação nas comissões parlamentares de inquérito da Emigração Ilegal, dos Correios, das Ambulâncias e dos Bingos. Natural de São João do Sul (SC), nascido em 24 de agosto de 1955, é formado em Administração de Empresas e tem um casal de filhos. Em Rondônia, foi vereador em Cacoal, em 1983 e 1984, e elegeu-se duas vezes prefeito da cidade de Rolim de Moura. De 1995 a 1999, foi governador do estado. Valdir Raupp tem como 1º suplente Tomás Guilherme Correia.

Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB)



Mozarildo Cavalcanti foi reeleito em 1º de outubro como representante de Roraima no Senado. Natural de Boa Vista, é médico e exerceu diversos cargos no Executivo estadual, entre eles o de secretário de Saúde de seu estado. É também professor pela Universidade

Federal de Roraima.

O parlamentar foi deputado federal por duas vezes – sendo um dos mandatos o de constituinte, em 1987 –, e eleito senador para o período de 1999 a 2007. No Senado, foi presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia, ligada à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e integra as comissões de Educação e de Desenvolvimento Regional e Turismo. Também presidiu a comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar a atuação das organizações não-governamentais (ONGs) no Brasil. Atualmente, é líder do PTB. Seu 1º suplente é Luiz Fernando Santoro.

Augusto Botelho (PT)



Augusto Affonso Botelho Neto chegou ao Senado em 2003, para seu primeiro mandato parlamentar. Nascido em Vitória (ES), foi criado em Boa Vista, cidade natal de sua mãe. Formado em Medicina, é casado e tem três filhos. Em 2002, foi secretário de Saúde de

Roraima. No Parlamento, tem direcionado sua atuação para questões relativas às áreas de saúde, educação e produção agropecuária. O senador é vice-presidente da Comissão de Educação, sendo também titular nas comissões de Assuntos Sociais e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. É ainda vice-presidente da Subcomissão de Defesa da Saúde e exerceu a relatoria da comissão temporária que avaliou a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol. Também integrou as comissões parlamentares de inquérito do Mensalão e dos Bingos, entre outras. Neides Batista é seu 1º suplente.

Romero Jucá (PMDB)



Romero Jucá Filho nasceu no Recife, em 30 de novembro de 1954. Formado em Economia, com pós-graduação na área de Engenharia, é casado e tem cinco filhos. Foi presidente da Fundação Projeto Rondon, em 1985, e da Fundação Nacional do Índio (Funai),

em 1986, além de conselheiro da Sudene e da Sudam. Em 1988, foi nomeado governador do então território federal de Roraima e, em 1992, assumiu a Secretaria Nacional de Habitação. Foi eleito para seu primeiro mandato como senador em 1994, tendo atuado como vice-líder do governo Fernando Henrique Cardoso na Casa. Em 2002 é reeleito para o Senado e, em 2005, assume o Ministério da Previdência e Assistência Social. No Senado, foi relator da reforma tributária, em 2003, e relator do Orçamento da União para 2006. Atualmente é líder do governo no Senado. Jucá tem como 1º suplente Wirlande da Luz.

Santa Catarina

Raimundo Colombo (PFL)



O pecuarista João Raimundo Colombo nasceu em Lages (SC), em 28 de fevereiro de 1955, e chega ao Senado para seu primeiro mandato na Casa. Foi prefeito de sua cidade natal de 1989 a 1992 e de 2001 a 2004, tendo sido reeleito para o cargo, do qual se desincompatibilizou para

disputar uma vaga no Senado.

Raimundo Colombo exerce desde 2003 a presidência do PFL em Santa Catarina, tendo já ocupado o cargo entre 1993 e 1995. Atuou como deputado estadual em 1987 e 1988 e como deputado federal em 1999 e 2000, quando foi líder da bancada de seu partido. Também foi secretário estadual de Desenvolvimento Social, tendo assumido ainda a presidência do Conselho Deliberativo da Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidades e do Conselho de Administração da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina. Seu 1º suplente no Senado é o ex-senador Casildo João Maldaner.

Ideli Salvatti (PT)



Líder do Partido dos Trabalhadores no Senado, Ideli Salvatti nasceu em Santo André (SP), em 1952, onde atuou no movimento estudantil secundarista e em projetos de alfabetização de adultos. Em 1980, quando morou em Joinville (SC), ajudou a fundar o PT

catarinense. Professora do magistério estadual, com atuação no movimento sindical, foi eleita para seu primeiro mandato como deputada estadual em 1994, já morando em Florianópolis, e reeleita em 1998. Ideli chegou ao Senado em 2003, com mandato até 2011, sendo a primeira mulher a representar Santa Catarina na Casa. Atualmente integra as comissões de Educação; Assuntos Sociais; e Constituição e Justiça. Sua atuação parlamentar no Senado inclui ainda intensa participação nas comissões parlamentares de inquérito dos Correios, da Exploração Sexual e das Ambulâncias. Seu 1º suplente é Belini Meurer.

Neuto de Conto (PMDB)



Há mais de 25 anos na vida pública, o senador Neuto Fausto de Conto é contador, administrador, agropecuarista e industrial. Ex-deputado federal, foi relator, na Câmara dos Deputados, do plano de estabilização econômica que deu origem ao Plano Real, durante o governo de Itamar

Franco. Atuou também como secretário estadual em Santa Catarina, nas pastas de Agricultura, Fazenda, Casa Civil e dos Negócios do Oeste. Nascido em 8 de setembro de 1938 em Encantado (RS), Neuto de Conto iniciou sua vida pública como vereador em São Miguel do Oeste (SC), sendo eleito por duas legislaturas – 1973-1977 e 1978-1983. Foi deputado estadual de 1984 a 1987 e deputado federal constituinte, de 1988 a 1990. Eleito em 2002 como primeiro suplente de Leonel Pavan, assumiu em janeiro último a vaga de senador deixada pelo titular, licenciado para o exercício do cargo de vice-governador de Santa Catarina.

A NOVA COMPOSIÇÃO DO SENADO

São Paulo

Eduardo Suplicy (PT)



Eduardo Suplicy, 64 anos, conquistou o terceiro mandato de senador por São Paulo. Economista, administrador de empresas e professor universitário com mestrado e doutorado pela Michigan State University, nos Estados Unidos, foi eleito deputado estadual pelo então

MDB, atual PMDB, em 1979. Em 1983, elegeu-se deputado federal. Foi eleito vereador em 1989. De 1999 a 2003, apresentou ao Senado 23 projetos de lei. Dentre eles, o que instituiu a renda básica de cidadania, já sancionado (Lei 10.835/04), prevendo a concessão de um benefício monetário anual a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país há pelo menos cinco anos. Também foi o primeiro signatário da CPI dos Anões do Orçamento. Nas negociações sobre a reforma agrária, atuou como intermediário entre o governo Fernando Henrique Cardoso e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Tem Carlos Ramires como 1º suplente.

Aloizio Mercadante (PT)



Paulista de Santos, Aloizio Mercadante Oliva é doutor em Economia e professor universitário. Foi coordenador do programa de governo do PT, assessor econômico da campanha presidencial em 2002 e membro da Executiva Nacional do partido. Elegeu-se

deputado federal por duas vezes e liderou o PT na Câmara de 2000 a 2001. Exerceu a liderança do governo no Senado até maio de 2006. Em 2002, recebeu o prêmio Economista do Ano, promovido pela Ordem dos Economistas de São Paulo, Conselho Regional de Economia e Sindicato dos Economistas, em eleição direta. No ano seguinte, figurou entre os parlamentares mais influentes na pesquisa *Os Cabeças do Congresso Nacional*, realizada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). O *site* Congresso em Foco o apontou como o melhor senador em escolha feita por 20 jornalistas especializados. Seu suplente é José Giacomo Baccarin.

Romeu Tuma (PFL)



Formado em Direito e policial de carreira, ex-diretor da Polícia Federal, é senador em segundo mandato. Desde 1991, ocupa a vice-presidência da Interpol, como membro honorário. É corregedor do Senado, presidiu a Comissão de Assuntos Sociais e foi

relator do Conselho de Ética durante o processo de renúncia de Jader Barbalho. Entre suas propostas, está a que permite às guardas municipais atuarem no combate ao crime. Parte dos seus projetos tem origem na experiência como delegado de polícia e visa coibir a impunidade. Formulou proposições para modificar o Código Penal e a Lei de Execução Penal, com o objetivo de obrigar os autores de crimes violentos contra a pessoa ao cumprimento de pelo menos dois terços das penas, se forem reincidentes, ou metade da condenação, se forem primários, antes de poder reivindicar benefícios como o livramento condicional. Seu 1º suplente é Alfredo Cotait Neto.

Sergipe

Maria do Carmo Alves (PFL)



Natural de Cedro de São João (SE), Maria do Carmo se reelegeu no ano passado. É empresária e advogada, formada pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe. Como empresária, dirigiu empresas no ramo da construção civil nos

estados da Bahia, de Sergipe e Alagoas, e, na área da comunicação, em Sergipe. Foi presidente da Habitacional Construções S.A., Sistema Rádio e Televisão Aracaju S.A., Hoteal – Hotéis Alagoas S.A. e Jundhiah Agropecuária. Na vida pública, destacou-se pelo trabalho realizado em programas sociais durante as administrações do seu marido, o ex-prefeito de Aracaju, ex-governador por três vezes e ex-ministro do Interior João Alves Filho. Em fevereiro de 2003, licenciou-se do Senado para assumir a Secretaria de Estado de Combate à Pobreza, retornando em 16 de setembro. Seu 1º suplente é Virgínio José Carvalho Neto.

Almeida Lima (PMDB)



José Almeida Lima é sergipano de Santa Rosa de Lima. Advogado, começou a vida política como líder estudantil. Foi vice-prefeito de Aracaju e assumiu a prefeitura da capital por dois anos, de 1994 a 1996. Deputado estadual por duas vezes, tornou-se o segundo

senador mais votado de seu estado, com 20,71% dos votos válidos. Crítico severo do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ocupou a tribuna para responsabilizar o governo federal pela recente crise no tráfego aéreo. Em 20 de julho do ano passado, antes do acidente com o avião da Gol (ocorrido em 29 de setembro), protestou contra o atendimento das companhias aéreas e a atuação da Empresa de Infra-Estrutura Portuária (Infraero) e da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). No discurso, advertiu que a situação da aviação civil brasileira representava “risco de vida para passageiros e tripulações”. Max Andrade é seu 1º suplente.

Antônio Carlos Valadares (PSB)



Bacharel em Direito e em Química, Antônio Carlos Valadares, nascido em 1943, começou a vida pública como prefeito de sua cidade natal, Simão Dias (SE). Deputado estadual por duas vezes, também foi eleito para os cargos de deputado federal, vice-governador e

governador do estado de Sergipe. Ocupou o cargo de 2º vice-presidente do Senado. É líder do PSB no Senado, fazendo parte da base de apoio do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Dentre suas proposições, destacam-se a criação da CPMF para a área da saúde e o requerimento que pediu a instalação da CPI dos Bancos. Também apresentou projeto para tornar mais rígida a legislação contra lavagem de dinheiro. Preside a Comissão de Assuntos Sociais e é membro titular das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Serviços de Infra-Estrutura e da Mista de Orçamento. Elber Batalha de Góes é seu 1º suplente.

Tocantins

Kátia Abreu (PFL)



Cumprindo mandato de deputada federal, Kátia Abreu disputou a vaga para o Senado pela coligação Aliança da Vitória, que uniu PFL, PMDB e PPS. Empresária rural e psicóloga, filiou-se ao PPB em 1995 e em 1998 transferiu-se para o PFL. Coordenou a Frente

Parlamentar da Agricultura do Congresso Nacional e pertenceu à bancada ruralista da Câmara. Presidiu a Federação da Agricultura do Estado do Tocantins de 1996 a 2002.

Kátia Abreu apresentou projetos na área de regulamentação da comercialização de organismos geneticamente modificados e do registro de agrotóxicos, para maior controle de sua utilização, e da obtenção de recursos para projetos de irrigação. Também participou da Frente Parlamentar em Defesa da Televisão Pública e, em 2001, integrou a Comissão Parlamentar de Inquérito da Mortalidade Materna. Seu 1º suplente é Marco Antônio Costa.

João Ribeiro (PL)



O empresário João Batista de Jesus Ribeiro nasceu em Campo Alegre de Goiás, em 1954. Em 1983, conquistou seu primeiro mandato como vereador em Araguaína (GO). Em 1987, elegeu-se deputado estadual. De 1989 a 1993, foi prefeito de Araguaína. Elegeu-se duas

vezes deputado federal. No Congresso, foi membro da Comissão Mista de Orçamento. Na Câmara, foi titular das comissões de Direitos Humanos e de Viação e Transportes.

Atuou em duas oportunidades no governo do Tocantins. Primeiro, em 1997, como secretário de Turismo Ecológico, e, depois, entre 2001 e 2002, secretário de Governo. Como líder do PFL na Assembléia Legislativa de Goiás, em 1988, trabalhou na persuasão dos políticos goianos sobre a importância da criação do estado do Tocantins, que se transformou no principal marco de sua carreira política. Manoel Alencar Neto é seu 1º suplente.

Leomar Quintanilha (PMDB)



O bancário e agropecuarista Leomar de Melo Quintanilha nasceu em Goiânia, em 1945. Formado em Direito, seu primeiro cargo eletivo foi de deputado federal, em 1986, tendo sido reeleito em 1990. Chegou ao Senado em 1995 e, em 1996, licenciou-se para assumir a Secretaria

de Indústria, Comércio e Turismo do Tocantins. Reassumiu o cargo no Senado seis meses depois, tendo ocupado a vice-presidência da Comissão de Assuntos Sociais. Quintanilha é presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Uma de suas bandeiras é a alocação de recursos para o estado e os municípios, visando implementar obras e ações como pavimentação de rodovias e ruas, saneamento básico, hospitais, escolas e casas populares. Defende o aprimoramento da educação para tornar as novas gerações competitivas no Tocantins e no país. Sadi Cassol é seu 1º suplente.



As sessões plenárias do Senado são dirigidas pelo presidente da Casa, com o auxílio dos demais membros da Mesa. Todos eles são eleitos a cada dois anos

Direção do Senado é estratégica

O reinício dos trabalhos no Congresso é marcada por grande expectativa em torno da eleição dos parlamentares que irão dirigir as Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados nos dois anos

seguintes. São cargos de importância porque seus ocupantes respondem pelo processo legislativo e pela administração de cada uma das Casas.

Além disso, o presidente do Senado é o terceiro na linha

sucesória do presidente da República.

Mas o que significa exatamente ser presidente do Senado? Quais são as atribuições dos senadores que irão formar a Mesa, órgão máximo de ad-

ministração da Casa?

Conheça nesta edição do *Especial Cidadania* as principais responsabilidades e prerrogativas da Presidência e da Mesa, definidas pela Constituição federal e pelo Regimento Interno

do Senado.

E verifique como é importante acompanhar essa eleição, conhecer os candidatos e, principalmente, saber quem vai dirigir os trabalhos do Congresso Nacional.

Comissão Diretora administra e organiza trabalho legislativo

Além das funções relativas ao processo legislativo, a Mesa ou Comissão Diretora também é responsável pela administração do Senado, devendo:

- ▶ revisar e elaborar a redação final das propostas dos senadores e das emendas e projetos da Câmara dos Deputados aprovados pelo Plenário do Senado;
- ▶ propor ao Senado a forma de organização e funcionamento da Casa, incluindo a atuação e constituição de seus órgãos;
- ▶ propor lei para definir a remuneração dos seus servidores, observadas as regras estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- ▶ emitir, obrigatoriamente, parecer sobre as propostas relativas ao serviço e pessoal da Secretaria do Senado;
- ▶ participar, por meio de pelo menos um de seus membros, de comissão criada para alterar o Regimento Interno e emitir parecer, obrigatoriamente, sobre qualquer proposta de alteração do Regimento; e
- ▶ consolidar, ao fim de cada legislatura, as modificações

feitas no Regimento.

São responsabilidades dos demais membros da Mesa:

1º vice-presidente:

- ▶ substituir o presidente nas suas faltas ou impedimentos.

2º vice-presidente:

- ▶ substituir o 1º vice-presidente.

1º secretário:

- ▶ ler em Plenário os documentos da ordem do dia;
- ▶ despachar as propostas repassadas pelo presidente;
- ▶ zelar pela guarda das propostas em tramitação;
- ▶ determinar a entrega aos senadores do material relativo à ordem do dia; e
- ▶ encaminhar as propostas distribuídas às comissões.

2º secretário:

- ▶ lavrar, ler e assinar, depois do 1º secretário, as atas das sessões secretas.

3º e 4º secretários:

- ▶ fazer a chamada dos senadores;
- ▶ contar os votos, em verificação de votação; e
- ▶ auxiliar o presidente na apuração das eleições.

Presidente define debates e votações

Apenas brasileiro nato pode ser presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional. As atribuições do cargo previstas na Constituição indicam a amplitude da atuação do responsável por comandar as sessões do Senado:

- ▶ substituir o presidente da República, caso o vice-presidente da República e o presidente da Câmara dos Deputados estejam ausentes ou impedidos;
- ▶ participar do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional – órgãos de consulta do Presidente da República;
- ▶ promulgar as leis aprovadas pelo Congresso caso o presidente da República não o faça no prazo legal; e
- ▶ convocar o Congresso para trabalhar durante os períodos de recesso – a chamada convocação extraordinária.

No processo legislativo, o presidente coordena a escolha das matérias que serão debatidas e

votadas, além de:

- ▶ convocar e presidir as sessões do Senado e do Congresso Nacional;
- ▶ garantir que a sessão obedeça à Constituição, às leis e ao Regimento;
- ▶ propor a transformação de sessão pública em secreta;
- ▶ propor a prorrogação da sessão;
- ▶ definir o que será debatido e votado durante cada sessão (a chamada ordem do dia);
- ▶ retirar da ordem do dia as matérias que entender estarem com falhas;
- ▶ definir para quais comissões enviar as propostas apresentadas pelos senadores (projetos de lei etc.) e designar relator em Plenário para as propostas que não tenham relator ou cujo relator não esteja presente à sessão;
- ▶ barrar as propostas que lhe pareçam inconstitucionais, ilegais ou contrárias ao Regimento

(nesse caso, o autor pode recorrer ao Plenário para garantir que sua proposta seja apreciada);

- ▶ decidir sobre as questões de ordem (solicitações dos senadores sobre a forma de condução da sessão);
- ▶ definir substitutos para membros de comissões; e
- ▶ desempatar as votações públicas.

São ainda deveres e prerrogativas do presidente:

- ▶ dar posse aos senadores;
- ▶ convocar suplente de senador;
- ▶ designar oradores para sessões especiais do Senado e sessões solenes do Congresso Nacional;
- ▶ autorizar licença de senador;
- ▶ representar o Senado em atos públicos importantes; e
- ▶ resolver, ouvido o Plenário, qualquer caso não previsto no Regimento.

Congresso Nacional é presidido por senador

A Mesa e a Comissão Diretora do Senado são compostas por sete senadores: o presidente, dois vice-presidentes e quatro secretários. São eleitos também quatro suplentes. Na falta do presidente, assume o 1º vice-presidente e assim sucessivamente, até os suplentes.

O presidente pode convidar qualquer senador para substituir os secretários, na ausência deles e dos suplentes. Se, além dos demais membros da Mesa e seus suplentes, o presidente também faltar, o senador mais idoso assume a Presidência da Casa.

Já a Mesa Diretora do Congresso Nacional – que dirige as reuniões de senadores e deputados nos casos em que a lei obriga que as duas Casas atuem conjuntamente – é formada por membros das mesas do Senado e da Câmara, da seguinte forma:

Composição da Mesa Diretora do Congresso

1º vice-presidente
Câmara dos Deputados

2º vice-presidente
Senado Federal

1º secretário
Câmara dos Deputados

Presidente
Senado Federal

2º secretário
Senado federal

3º secretário
Câmara dos Deputados

4º secretário
Senado federal



Saiba mais

Legislação

Constituição federal

www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

Regimento Interno do Senado Federal

www.senado.gov.br/sf/legislacao/regsf/RegSFVoll.pdf

Projetos de lei

PEC 590/06 - Garante a representação proporcional de cada sexo na composição das mesas diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado e de cada comissão, assegurando, ao menos,

uma vaga para cada sexo.

PRC 267/05 - Insere artigo no Regimento Interno da Câmara dos Deputados sobre a propaganda dos candidatos à Mesa Diretora, proibindo o uso de camiseta, cartaz, outdoor, vídeo, garota e garoto-propaganda e festa promocional nas campanhas para eleição da Mesa Diretora.

PRC 266/05 - Acrescenta parágrafo ao Regimento Interno da Câmara dos Deputados para exigir um mínimo de 10% de assinaturas para o registro individual de candidato ao cargo de presidente da Câmara dos Deputados.